

JES ASSUMIU O LEME EM SETEMBRO DE 1979

O fim de uma Era



LEGADO: A ausência do presidente do MPLA nas eleições de Agosto, por vontade expressa do próprio, divide a história pós-colonial de Angola num antes e depois de José Eduardo dos Santos. O VALOR viaja pelos 38 anos de liderança de JES e lembra as realizações políticas, económicas e sociais e as principais críticas ao seu legado.

Págs. 10 a 12

CEO da Saham escreve sobre seguros



O presidente da comissão executiva da Saham Angola Seguros, Paulo Bracons, escreve esta semana sobre o 'Mercado segurador em Angola e os desafios para amanhã'. Pág. 17

CRISE BLOQUEOU VÁRIOS PROJECTOS DO PND

Plano de desenvolvimento à lupa

As contas finais ao Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 serão feitas apenas no fim da presente legislatura, mas os dados preliminares inscritos num relatório do Ministério do Planeamento ao qual o VALOR teve acesso indicam que vários projectos ficarão por concretizar. A generalidade dos governantes já atribui as culpas à crise. Págs. 4 a 9



Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 179,04 (+0,24) ▲ LIBRA 209,5 Kz (+1,2) ▲ YUAN 24,2 Kz (+0) ▲ RAND 12,34 (+0,04)



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



O LEGADO

É impossível sintetizar o legado de José Eduardo dos Santos numa edição de jornal. Ainda que a história se circunscreva no período de liderança do país que chega ao fim, após a tomada de posse do próximo Presidente da República. Afinal, 38 anos não são 38 dias. Afinal, está em causa um homem que governou o país nas suas fases mais complicadas do percurso pós-colonial. Liderou, gerindo tudo e mais alguma coisa que se podia registar na governação de um país africano no século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Enfrentou uma rebelião armada com várias tentativas fracassadas de aproximação pelo diálogo; estabeleceu alianças militares externas que o ajudaram a combater o 'inimigo' interno; enfrentou e cortou os tentáculos do intervencionismo que ameaçou, várias vezes, a integridade do território; estendeu a influência geopolítica do país no contexto africano; acabou com a guerra e, conseqüentemente, fez paz, poupando a vida aos adversários; lançou um processo de reconciliação nacional; arrojou as bases para a construção de uma economia moderna e, finalmente, conduziu a transição política e geracional do MPLA e do país de forma controlada e serena, mitigando todos os ar-

gumentos de contestação dentro do seu partido. Todavia, e porque 'não há bela sem senão', enfrenta críticas. Nas matérias político-económicas, destaca-se a incapacidade do controlo da corrupção, que ditou o desvio de recursos públicos incalculáveis e que condicionou a partilha justa dos rendimentos e a transformação mais acelerada do crescimento em desenvolvimento. No campo sociopolítico, sobressai a dificuldade de instauração mais efectiva de alguns direitos civis, nomeadamente os relacionados com a liberdade de expressão. Mas os defensores de José Eduardo dos Santos evocam frequentemente a prolongada guerra que levou a sua liderança a cometer erros de iniciação, próprios de um país a erguer-se das cinzas. Tudo isso faz da história de José Eduardo dos Santos uma história sem paralelo, no conjunto dos registos dos líderes das últimas quatro décadas. Ao decidir abandonar o poder por vontade própria, apesar da legi-



timidade constitucional e política para um novo mandato, José Eduardo dos Santos reescreve o último capítulo da sua trajectória de liderança de Angola. Essencialmente, porque põe em xeque a integridade das críticas que lhe apontavam um apego desmesurado ao poder, além de desfazer em absoluto a narrativa que lhe atribuía total interesse por uma sucessão dinástica. Mas a escolha de José Eduardo dos Santos para a sua sucessão é ainda mais reveladora sobre a perspectiva com que olha para o país no contexto imediato, mas também a prazo. Ao optar por uma figura afastada dos círculos frequentemente associados à alta corrupção, o líder do MPLA sinaliza que deseja uma viragem do 'modus operandi' da classe política afecta à gestão dos recursos do Estado.

É esta viragem que há-de permitir, por exemplo, que o próximo Plano Nacional de Desenvolvimento, descontados os imprevistos conjunturais e assumindo que o MPLA mantenha o poder, tenha possibilidades mais efectivas de sucesso do que este que está em execução e que passa pelo Observatório do VALOR esta semana. E sobre isso vale a pena outra referência, mais uma vez, sobre a opção de agentes do Governo que se furtam de prestar informação útil aos jornais. O que acontecerá necessariamente é que haverá sempre quem fale por eles, ainda que sem conhecimento de causa.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Mateus da Graça Filho, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embalo

Colaboradores: Cândido Mendes

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistenete Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento comercial: Arieth Lopes e Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao,

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

email: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Joffre Van-Dunem

PCA do Entrepósito Aduaneiro

Quais são as metas do Entrepósito Aduaneiro para este ano?
O Entrepósito continuará a cumprir com o plano de desenvolvimento do comércio. Vamos melhorar, cada vez mais, a nossa performance e a qualidade dos produtos, para que os preços possam continuar a baixar cada vez mais e a apoiar a produção dos pequenos produtores. E estaremos também a trabalhar para a diversificação da economia.

Qual é o plano de expansão do Entrepósito Aduaneiro?

De momento, estamos a operar em cinco locais e com alguns corredores. Vamos abrir em mais três províncias, nomeadamente no Cunene, Uíge e Malanje, para estarmos mais próximo da população. Para essas infra-estruturas, já há um enquadramento no orçamento, e, em Maio e Junho, vamos dar início à implementação de abertura desses três postos.

Os chamados silos, que estão a ser reestruturados, vão ser geridos pelo Entrepósito?

Essa questão não depende directamente do Entrepósito Aduaneiro poder gerir ou não, mas da orientação do órgão que tutela. Pensamos que o Entrepósito poderá ser um dos gestores, mas não é da nossa competência responder se sim ou não.

TERÇA-FEIRA

Angola deverá ter em funcionamento, no segundo semestre, a Reserva Estratégica Alimentar do Estado, para garantir até um ano das necessidades de produtos da cesta básica. A informação foi transmitida PCA do Entrepósito Aduaneiro de Angola (EAA), Joffre Van-Dunem.

QUARTA-FEIRA

O Estado anunciou que a venda de novas habitações nas diferentes centralidades em Luanda, Bengo, Benguela, Huíla e Namibe está prevista para arrancar no primeiro semestre deste ano. A venda está dependente da execução das infra-estruturas externas, cuja responsabilidade compete ao Estado, refere uma fonte da Imogestin.

QUINTA-FEIRA

A empresa portuguesa Sumol+Compal investiu 51 milhões de dólares numa fábrica para a produção, em Angola, dos sumos e refrigerantes da marca, alcançando, em 2016, vendas no país de 90 milhões de dólares.



SEGUNDA-FEIRA

Vinte toneladas de banana, denominada 'Angolanita', da empresa Nova Agrolíder, sediada no Bengo, começaram a ser exportadas para Portugal, informou o administrador da empresa, João Macedo. O responsável declarou que, depois de Portugal, a Nova Agrolíder exportará a banana de produção nacional para a Holanda, Alemanha e Itália.

SEXTA-FEIRA

O presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, anunciou que não se vai recandidatar ao cargo de Presidente da República, nas eleições gerais deste ano, deixando assim o poder em Angola ao fim de 38 anos, avançando João Lourenço.

SÁBADO

As autoridades de Cuba ordenaram o desalojamento dos funcionários da Sonangol colocados na ilha, no âmbito de um acordo para a exploração petrolífera. A medida terá sido motivada por falta de pagamento das rendas e das contas de luz e água, segundo Expresso.

DOMINGO

Cerca de 1.230 apartamentos dos 25.002 de várias tipologias que constituem actualmente a centralidade do Kilamba estarão ocupados ilegalmente. A informação foi divulgada pela Imogestin, entidade responsável da gestão imobiliária das centralidades.



COTAÇÕES



OS DOIS LADOS DO MURO

Enquanto a bolsa mexicana continua em baixa, graças ao muro prometido, Wall Street fechou a semana a valorizar com as notícias de que Trump, vai flexibilizar as regras para o investimento e para a banca. Outro factor animador foi o aumento da taxa de emprego, devida às contratações das construtoras em antecipação a grandes obras prometidas pela nova administração. Os mercados europeus foram influenciados pelo positivismo americano.



PSI 20, O LÍDER EUROPEU

O PSI 20 encerrou a semana a valorizar 2,77% e liderou os ganhos das praças europeias, influenciado pelo aumento de capital do BCP, que por sua vez registou ganhos de 3,90% e por 12 das listadas que fecharam em alta com a Mota-Engil a registar +5,23%. A possibilidade de novas sanções ao Irão e os cortes de produção do cartel da OPEP levaram o petróleo a fechar a terceira semana de ganhos com o Brent a somar 0,76%, nos 56,99 dólares por barril.

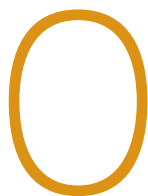
Observatório

PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO EM ANÁLISE

Falha das metas obriga a reestruturação de mega-plano

PLANEAMENTO. Faltam onze meses para o balanço oficial do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 e alguns departamentos ministeriais já admitem que não foi possível cumprir com a maioria das metas inscritas “devido a dificuldades financeiras”.

Por António Nogueira e José Zangui



Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 foi desenhado como um sistema de planeamento do Governo a médio

prazo. É o primeiro macro-plano de cinco anos, elaborado no quadro da nova constituição aprovada em 2010.

O documento foi pensado como veículo da estratégia de longo prazo de Angola até 2025, com metas periódicas, e consagra, de entre outras linhas, uma política nacional de “promoção e diversificação da estrutura económica” do país.

A concretização desse plano prevê a implementação de clusters prioritários nas áreas alimentar e agro-indústria, energia e águas, habitação, transporte e logísticas. Os dados do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, referentes ao terceiro trimestre de 2016, indicam que os ‘clusters’ prioritários que, no total, compreendem 139 dos 181 projectos estruturan-

tes em curso, compreendem um custo de 3.992,06 mil milhões de kwanzas, corresponde ntes a 95,12% do montante total da alocação no PND.

De acordo com o órgão, o cluster de transporte e logística, com 61 projectos e um montante estimado em 1.647,34 mil milhões de kwanzas, registou um grau de execução, em termos de custos, de 31,35%, durante o terceiro trimestre de 2016.

O de energia e água, que custa 34 projectos e que beneficiou de montantes na ordem 1.967,88 mil milhões de kwanzas, foi executado em 30,69%, no período em referência, sendo que, na mesma altura, o peso do custo do cluster da habitação, com 33 projectos, correspondeu a 28,05% e o da alimentação e agro-indústria, com 11 projectos e um valor de 74,75 mil milhões de kwanzas (50,05%), todos a menos de metade do objectivo.

No conjunto dos outros ‘clusters’, com um total de oito projectos e um montante de 75,50 mil milhões de kwanzas, destaca-se o sector das telecomunicações e tecnologias com uma execução de (76,57%), o da geologia e minas (51,69%) e turismo e lazer com uma execução acumulada de 10,12%,



durante o terceiro trimestre de 2016.

Entretanto, no conjunto de outras actividades, com 34 projectos e um valor de 129,42 mil milhões de kwanzas, o grau de execução acumulada correspondeu a 63,92%, realçando-se entre os projectos estruturantes o cluster da educação e cultura (49,14%), saúde e bem-estar (41,52%) e o ‘cluster’ do empreendedorismo e desenvolvimento empresarial, com 22,08% de execução acumulada.

Num outro prisma, a concretização do PND propunha-se igualmente a “duplicar o montante anual médio de projectos de investimentos privados e a criação de um significativo número de empregos”.

Até 2017, o programa previa atingir uma taxa média anual de emprego na

ordem dos 73,7%, prevendo-se a criação anual de cerca de 32,1 milhões de empregos, em média. A taxa de desemprego deverá atingir os 20% até ao final deste ano. Para atingir esta meta, o PND atribui a cada sector tarefas prioritárias para execução até finais de 2017, algumas com recurso ao Orçamento Geral do Estado e outras a financiamentos externos.

PROJECTOS ESTRUTURANTES

No PND, os projectos estruturantes catalogados como sendo de ‘prioridade nacional’ e de ‘iniciativa pública’ estão avaliados em 5.282,4 mil milhões de kwanzas, que se repartem pelos investimentos na energia (67,3%), nas águas (11,2%) e na reconstrução e construção de novas estradas secundárias e

terciárias (7,8%). Do total, os sectores sociais representam 4,4% e a defesa e interior 1,6%.

Por outro lado, os projectos estruturantes de ‘prioridade nacional’ e de ‘iniciativa privada’ atingem 970,9 mil milhões de kwanzas, em que dois terços estão orientados para o cluster de “petróleo e gás natural”, 17,5% para geologia, minas e indústria e 15,8% para alimentação e agro-indústria.

No conjunto, os projectos estruturantes de ‘prioridade nacional’ (públicos e privados) elevam-se a 6.253,3 mil milhões de kwanzas, sendo 84,5% de iniciativa pública e 15,5% de iniciativa privada.

RECUOS EM EVIDÊNCIA

Embora esteja ainda em execução, o plano vai dando sinais de insucesso no cumprimento de algumas ambiciosas metas, numa altura em que faltam apenas 11 meses para a sua ‘caducidade’, que o Governo justifica com a crise.

O histórico da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) confirma exactamente este quadro. Segundo ainda dados do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, para o terceiro trimestre de 2016, este indicador atingiu, em 2015, apenas 3%, quando a meta projectada era de 8,8%.

A mesma tendência verificou-se em 2016, ano em que a taxa de crescimento do PIB atingiu 1%, no terceiro trimestre, contra a meta de 7,5 prevista no PND, sendo que para todo o ano de 2017 o crescimento projectado é de

CONTINUA NA PÁG.6

Cenário de riscos era previsível

Na fase da elaboração do PND, o Governo antecipou-se a enumerar uma série de riscos que, em caso de concretização, poderiam comprometer o sucesso do programa, o que implicaria a revisão do quadro macroeconómico de referência do documento. O Executivo admitiu, na altura, que,

no capítulo das contas nacionais, a existência de alguma quebra no comportamento da procura mundial pelo petróleo bruto, nos cinco anos seguintes após a elaboração do programa, poderia constituir um factor de risco para as projecções do PIB, resultando na redução dos preços e implicando a

diminuição das quotas de produção da OPEP. A nível fiscal, foram identificados riscos associados às projecções do preço de petróleo bruto, que se poderiam traduzir, tal como tem estado a acontecer, na redução das receitas ordinárias. Por outro lado, já se previa também que um desempenho

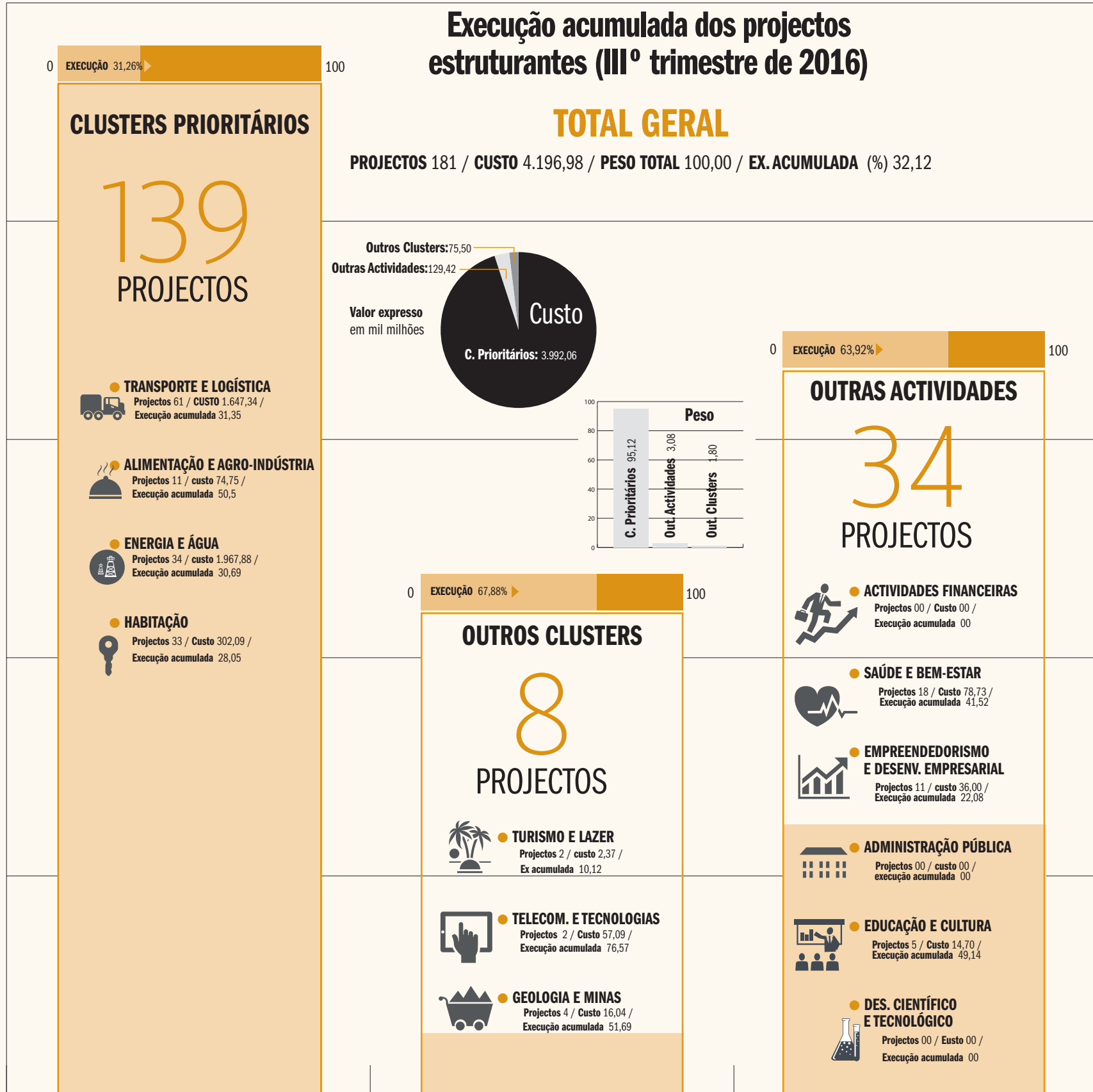
181

É A QUANTIDADE de projectos estruturantes em curso no Programa Nacional de Desenvolvimento.

Execução acumulada dos projectos estruturantes (IIIº trimestre de 2016)

TOTAL GERAL

PROJECTOS 181 / CUSTO 4.196,98 / PESO TOTAL 100,00 / EX. ACUMULADA (%) 32,12



menos favorável do sector não petrolífero e do então Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) teria impacto negativo na arrecadação fiscal não petrolífera, afectando a capacidade de cobertura da despesa. O Governo elencou igualmente os níveis de endividamento

como outro factor de risco, devido à possibilidade efectiva de levantamento da liquidez perspectivada, que poderia decorrer da conjuntura dos mercados financeiros interno e externo. A nível da política monetária, o Governo assinalou, entre os riscos, que o incumprimento das

projeções de crescimento do PIB poderia, em caso de concretização, criar um desalinhamento das projeções dos agregados monetários, obrigando à sua correcção através da introdução de medidas restritivas de política monetária, utilizando instrumentos clássicos.



Observatório

CONTINUAÇÃO DA PÁG.5

2,1%, igualmente abaixo do previsto.

Os resultados verificados, no terceiro trimestre do ano passado, encontram-se igualmente abaixo das metas programadas no que se refere à taxa de crescimento do PIB não petrolífero que cresceu apenas 0,5% contra a meta de 9,2%, segundo os dados oficiais.

A taxa média de inflação entra igualmente na lista das metas 'falhadas' por não ter 'conseguido' atingir a meta de 7% no ano passado, tendo este indicador se fixado antes nos 39,4%, no terceiro trimestre, e piorado ainda para 41,95% durante 2016.

CONSTRANGIMENTOS CHEGAM AOS MINISTÉRIOS

Parte do 'insucesso' do PND começa já também a ser admitido, de alguma forma, em alguns círculos governamentais que avançam dificuldades de ordem financeira para materializar grande parte dos projectos que constam do plano.

A ministra da Indústria, Bernarda Martins, considerou, em recentes declarações à imprensa, que os objectivos do sector estão a ser concretizados, apesar das dificuldades financeiras. A governante citou, como exemplo, a conclusão de pólos industriais em diferentes províncias, tendo reconhecido, no entanto, que o processo de infra-estruturação dos pólos precisaria de mais um investimento de cerca de 567,3 mil milhões de kwanzas para cobrir uma área de 13.200 hectares, em 10 anos.

A ministra das Pescas, Victória de Barros Neto, também garante que grande parte das iniciativas e metas do PND para o sector das pescas foram cumpridas, "apesar de se estar a verificar uma desaceleração em toda a economia devido à crise".

O Ministério dos Transportes, a julgar pelas realizações efectuadas, foi dos sectores que mais se destacou no quinquénio, sobretudo por ter concluído o processo de reabilitação e modernização dos caminhos-de-ferro, sendo que continua a garantir ainda a conclusão do novo aeroporto de Luanda no decurso deste ano.

Os ministérios da Agricultura, com 19 projectos, e do Comércio, com cerca de dez, são aqueles que inscreveram mais programas no PND, no entanto são também os que menos executaram.

Para além de ter desperdiçado

MEMORIZE

● **PND**, os projectos estruturantes catalogados como sendo de 'prioridade nacional' e de 'iniciativa pública' estão avaliados em 5.282,4 mil milhões de kwanzas, que se repartem pelos investimentos na energia (67,3%), nas águas (11,2%) e na reconstrução e construção de novas estradas secundárias e terciárias (7,8%). Do total, os sectores sociais representam 4,4% e a defesa e interior 1,6%.

32,1

Milhões de empregos é a taxa média anual de criação de postos de trabalho prevista no PND, durante o quinquénio 2013-2017.

cerca de 2,4 mil milhões de kwanzas, no matadouro de Camabatela, empreendimento construído de raiz e que não funciona desde 2014, o pelouro liderado agora por Marcos Alexandre Nhunga apostou também na construção de uma fábrica de processamento de banana, no Bengo, que também não funciona.

Na área da agropecuária, por exemplo, o Ministério da Agricultura propôs-se cobrir, até 2017, 60% das necessidades de açúcar, produto que continua a depender da importação e que, de acordo com especialistas só vai atingir esta meta 2020, impulsionado pelo projecto privado Biocom que, nessa altura, perspectiva produzir 512 mil toneladas.

Dos 19 projectos de média e larga escala que o Ministério da Agricultura apresentou, em 2013, para

implementação até 2017, com vista a "incrementar a produção alimentar, reduzir as importações e gerar emprego", quatro têm maior visibilidade, nomeadamente o programa de apoio às campanhas agrícolas, desenvolvimento da agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento das fileiras de carnes e de leite.

Entretanto, fonte do VALOR junto daquele ministério garante que todos os programas agro-pecuários estão em execução, sob a gestão da Gesterra.

Por outro lado, a nível do Minis-

tério do Comércio, com mais de 10 projectos inscritos, os resultados continuam a não corresponder às expectativas. O pelouro, agora liderado por Fiel Constantino, viu, por exemplo, o programa do 'Cartão Kicuia', destinadas às mulheres desfavorecidas, a passar para o Ministério da Família e Promoção da Mulher e o Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários, "Papagro", suspenso para avaliação.

O sector extractivo, nomeadamente o diamantífero, é dos que registou também 'baixas' consideráveis. Para este ano essa indústria,



II) Registadas, em termos físicos, as seguintes realizações:

CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE

a) Reabilitados 150 postos e centros de saúde, bem como 35 casas para médicos e enfermeiros, até ao III Trimestre de 2016;

b) Construídas 277 residências para técnicos de saúde, 11 depósitos de medicamentos, 5 repartições de saúde, 58 cadeias de frio, 5 laboratórios, 5 cozinhas, e 17 centros materno-infantis, até ao III Trimestre de 2016;

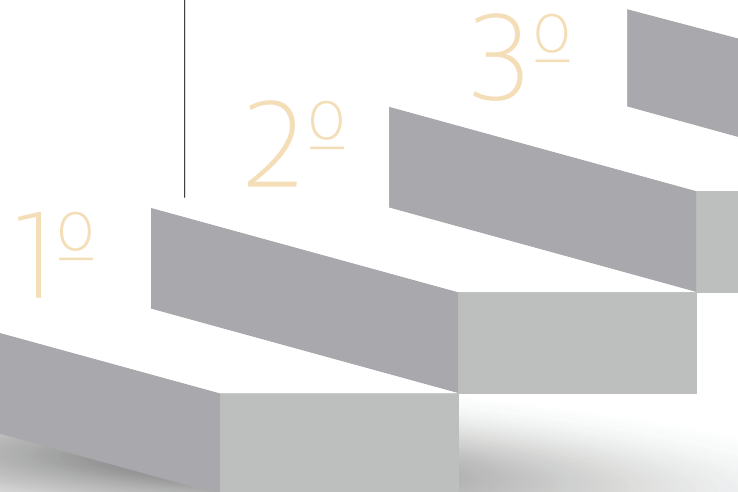
c) Adquiridos vários meios de apoio: 131 geradores, 269 arcas para vacinas, 577 motorizadas, 30 camas hospitalares, 191.848 Kits de equipamentos diversos, 17.315 mosquiteiros, 250 ambulâncias, 2.375.055 vacinas, 4.372 unidades de equipamentos hospitalares e 95 carrinhas, 16 painéis solares, 55 meios informáticos e 33 viatura, até ao III Trimestre de 2016;

d) Realizadas 171 campanhas de vacinação, 5.955 consultas pré-natais e 9.130 consultas diversas, até ao III Trimestre de 2016.

I. Registada uma taxa de execução financeira global de 90,3%, em 2013, 63%, em 2014, e 52%, até ao ano de 2015, sendo as taxas de execução por subprogramas, as seguintes:

- a)** Cuidados Primários de Saúde - 80,8%, em 2013, 58%, em 2014 e 46%, em 2015 e 16% até ao III Trimestre de 2016;
- b)** Água Para Todos - 89,8%, em 2013, 59%, em 2014 e 51%, em 2015 e 41% até ao III Trimestre de 2016;
- c)** Merenda Escolar - 87,9%, em 2013, 66%, em 2014 e 40%, em 2015 e 8% até ao III Trimestre de 2016 ;
- d)** Operacionalização do Microfomento - 70,9%, em 2013 e 41%, em 2014;
- e)** Operacionalização das Infra-estruturas Institucionais - 74,8%, em 2013, 67%, em 2014 e 39% em 2015;
- f)** Mobilização Social e Cidadania - 84,8%, em 2013, 65%, em 2014 e 50%, em 2015 e 12% até ao III Trimestre de 2016;
- g)** Organização Produtiva das Comunidades - 66,5%, em 2013 e 70%, em 2014 e 100% até ao III Trimestre de 2016; 68
- h)** Infra-estruturas Sociais e Vias de Comunicação - 84,5%, em 2013 e 71%, em 2014;
- i)** Infra-estruturas de Microfomento - 90,8%, em 2013, 41% em 2014 e 34%, em 2015;
- j)** KIKUIA - 62%, em 2014 e 40%, em 2015 e 9% até ao III Trimestre de 2016;

IMPLEMENTAÇÃO, DE FORMA INTEGRADA, DOS PROGRAMAS DE RENDIMENTO MÍNIMO E OUTRAS FORMAS DE PROTECÇÃO SOCIAL



95,12%

É O PESO TOTAL do custo dos clusters prioritários no PND, correspondente a um montante de 3.992,06 mil milhões de kwanzas.

em particular, deverá apresentar uma taxa de crescimento de 0,5%, contra os 4,9% previstos no PND 2013-2017, segundo as contas do Governo, expressas no relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano corrente.

As “dificuldades em aumentar os níveis de produção das minas de Catoca, Cuango e Chitotolo, que respondem por cerca de 90% da produção do sector”, estão a ser apresentadas pelo Executivo como base de justificação do actual quadro.

Em recentes declarações à imprensa, o director-geral da Sociedade Mineira de Catoca, Sergey Amelin, revelou que a empresa conseguiu, em 2015, um aumento ligeiro da sua produção mas que, infeliz-

mente, não resultou em aumento da facturação, devido ao preço médio do diamante na praça internacional que baixou consideravelmente.

Para este ano, o Governo prevê um crescimento de 1,5% da produção nacional de diamantes, para quase nove milhões de quilates, sendo que, para o ano transacto, a perspectiva era de atingir a produção de 8,962 milhões de quilates, entre as componentes industrial e artesanal.

No entanto, indicadores mais

optimistas, e que mais se aproximam às perspectivas inscritas no PND 2013-2017, só deverão ser alcançados “dentro dos próximos cinco anos, com a entrada em produção de novos projectos que se encontram ainda em fase de prospecção”, como informou recentemente o titular da pasta de Geologia e Minas,

Francisco Queiroz.

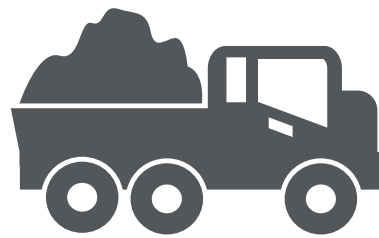
As metas, inscritas no PND 2013-2017, prevêem uma produção industrial de diamantes na ordem dos 10,8 milhões de quilates, uma operação que beneficiaria o Estado com receitas na ordem dos 1.331 milhões de dólares, segundo as estimativas oficiais.



REFORÇO INSTITUCIONAL

a) Reabilitadas 8 repartições municipais (educação e saúde), 39 administrações, 30 casas de função, 20 postos de polícia e 25 casas para administradores;

11º



ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DAS COMUNIDADES

a) Distribuídos 110.065 inputs agrícolas.
b) Formadas 123 cooperativas e associações;
c) Adquiridos 4 camiões e 99 tractores.



MOBILIZAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

a) Construídas, 174 latrinas, 18 aterros sanitários, 60 balneários, bem como reabilitado 1 balneário;
b) Adquiridos 2.412 Contentores.

MERENDA ESCOLAR

a) Beneficiados 3.482.818 alunos de 31.951 escolas, até 2015.



4º

5º

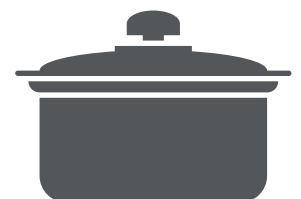
6º

7º

8º

9º

10º



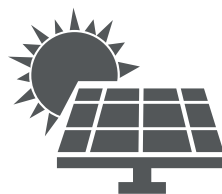
INFRA-ESTRUTURAS MICROFOMENTO

a) Construídos 28 pequenos sistemas de regadio, 10 padarias comunitárias, 269 pequenas unidades de transformação, 34 cozinhas comunitárias, 111 armazéns, 92 mercados municipais, 1 feira rural, 167 mercados e feiras, 11 lojas de campos, 75 cantinas escolares, até ao III Trimestre de 2016.



INFRA-ESTRUTURAS SOCIAIS E VIAS DE COMUNICAÇÃO

a) Construídos 17 centros de cultura, 2.797 casas evolutivas, 64jangos comunitários, 57 quadras polidesportivas, 126 casas para professores, 648 escolas, 73 cantinas escolares, 1.718 salas de aulas, beneficiando cerca de 380.880 alunos, até ao III Trimestre de 2016.



OPERACIONALIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS

a) Adquiridos, 440 postes de iluminação pública; 145 geradores e 51 painéis solares;

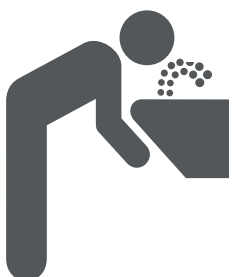


REFORÇO INSTITUCIONAL

a) Reabilitadas 8 repartições municipais (educação e saúde), 39 administrações, 30 casas de função, 20 postos de polícia e 25 casas para administradores;
b) Construídos 105 postos policiais, 26 casas de função, 1 casa de formação feminina, 10 regedorias e 27 residências para técnicos, 15 palácios, 83 administrações, assim como 56 repartições, até ao III Trimestre de 2016.

ÁGUA PARA TODOS

a) Construídos 40 fontenários, 5 bebedouros, 30 tanques de água, 448 chafarizes, 99 lavandarias, 869 pontos de água, 378 pequenos sistemas de água e 15 eletrobombas, até 2015.



Observatório



Mário Mujetes © AE

Sector social com indicadores positivos

Para além da cena económica, o PND deu ênfase a outros sectores de actividade nomeadamente o das infra-estruturas, institucionais e o social. Neste último, vale realçar as projecções efectuadas a nível da saúde e educação, sendo que alguns indicadores, a este nível, são dignos de nota positiva.

A nível da educação, por exemplo, são esperados, no presente ano lectivo, perto de 10 milhões de estudantes nas escolas do país, número que tem vindo a aumentar, com a inclusão de milhares de crianças anualmente no sistema de ensino, e o anunciado alargamento da gratuidade.

Estes números, no entanto, ultrapassam as metas previstas no

PND, onde o número da população em idade escolar foi estimado em 7,5 milhões até 2017. Apesar dos progressos que o ensino tem registado no país a diversos níveis, são muitos os desafios a enfrentar em prol de um ensino de qualidade e para todos, como reconhece o Diagnóstico do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE).

Outra meta que terá sido bem sucedida está ligada ao sector da saúde. Enquanto o PND previa atingir uma taxa de mortalidade infantil de 60 mortes por cada mil nados vivos, até 2017, correspondente a 6%, os dados mais recentes dão conta que este indicador reduziu substancialmente nos últimos anos, tendo passado de 115 mortes por cada mil nascidos para as 44 mortes, no período entre 2015 e 2016.

SÉRGIO CALUNDUNGO, MEMBRO DO OPSA

“Um bom programa, mas que não foi cumprido”

ENTREVISTA. O membro do Observatório Político e Social de Angola (OPSA) afirma que o PND falhou devido ao que chama de “gestão danosa dos projectos, por parte das instituições públicas” e afirma que a crise não pode servir de pretexto para justificar todo o “insucesso”.

Por António Nogueira

Qual pensa que será o saldo do Programa Nacional de desenvolvimento (PND) 2013-2017?

Penso que o PND é o primeiro programa, com tal dimensão, definido depois da aprovação da Constituição em 2010. O Governo decidiu criar um programa pelo qual se deveria guiar toda a sua acção no período que vai de 2013 até 2017. Acho isso positivo. Entretanto, é importante ver que o programa foi feito, sobretudo neste quinquénio, com base em dois pressupostos que, hoje, analisando friamente não se concretizaram. O primeiro pressuposto do Governo era o de que haveríamos de crescer mais. Se voltarmos a 2013 e compararmos a 2017, em termos de taxas de crescimento, vamos notar que estes indicadores hoje são muito menores. Portanto,

este pressuposto não se cumpriu. E o segundo grande pressuposto é o de que haveria uma melhor distribuição (da riqueza). E voltamos a dizer que, de lá para cá, também não houve grandes avanços nessa matéria. Olhando para estes dois elementos que, no fundo, eram dos mais sonantes para a concretização do PND, acho que o programa não se cumpriu. Penso que o PND foi elaborado muito na lógica de que o preço do petróleo iria manter ou aumentar, e a realidade veio mostrar que essa previsão não era realista. O PND previa níveis de inflação muito menores ou estabilidade macroeconómica que não se vieram a concretizar. Portanto, a avaliação realista que posso fazer é a de que tínhamos um bom programa, mas que não foi cumprido.

A actual conjuntura económica que o país atravessa não terá condicionado o sucesso do programa? Creio que não! Quando fizemos um plano e não o concretizámos, a última coisa de que nos podemos queixar, é da conjuntura económica. É claro que havia factores que o Governo não controlava e

isto é perfeitamente compreensível. Não dependia do Governo controlar os preços do barril do petróleo no mercado internacional, mas, no próprio PND, o Governo estava consciente de que era um risco muito grande assentar o nosso desenvolvimento no sector dos petróleos, por isso falava na diversificação. E, neste particular, como reconheceu a dado passo o Presidente da República, falámos muito e fizemos pouco. Por isso não podemos queixar-nos só dessa variante, ou seja do preço do barril do petróleo. Temos de nos queixar por termos feito muito menos do que aquilo que falámos, em matéria de diversificação da economia.

Se não foi a crise, a que se deve o insucesso do plano?

Para a concepção do PND, havia uma série de orientações de políticas públicas que também não foram bem aplicadas e aqui remeto-me, mais uma vez, às palavras do Presidente da República que reconheceu que havia uma certa indisciplina por parte de alguns quadros que não acatavam as orientações. E isso não pode ser um problema do barril do petróleo. O Presidente da

“Penso que o PND foi elaborado muito na lógica de que o preço do petróleo iria manter ou aumentar, o que não era realista.”

Mário Mujetes © AE



República falou também, durante uma das reuniões do bureau político do MPLA, da existência de quadros na alta estrutura do Estado que faziam uma gestão danosa das instituições.

Mas o programa terá sido um insucesso na totalidade ou haverá casos excepcionais?

Seríamos muito infelizes se disséssemos que não se fez nada, nesse período, e que tudo foi mal feito. Há coisas positivas e há que se reconhecer. Agora, no câmbio geral, acho que estamos muito aquém daquilo que era o sonho. É importante recordar que o programa político do MPLA mereceu a maior preferência dos cidadãos, que votaram, e tinha um slogan muito sugestivo que era «crescer mais e distribuir melhor». E hoje olho para Angola de há cinco anos atrás e comparo com a Angola de hoje, não sinto que tenhamos crescido mais, nem tão-pouco que tenhamos distribuído melhor.

Defende então que era possível a execução com sucesso de todo o programa, na actual conjuntura económica?

Creio que os planos são projecções e indicações claras do que queremos seguir. Entendendo que os programas não ocorrem linearmente, mas acredito que algumas das metas do PND eram realistas e podiam ter sido alcançadas.

Pode dar exemplos?

Em relação ao desígnio de diversificar a nossa economia, por exemplo, tendo como base a agricultura, penso que se, naquela altura, tivéssemos dedicado o financiamento adequado e tivéssemos gerido de modo adequado os programas da agricultura inseridos no PND, provavelmente os indicadores que estaríamos a constatar hoje teriam sido muito melhores aos anteriores. Acho que o PND inspirou a elaboração e definição de uma série de políticas públicas, como, por exemplo, o Plano Nacional de Quadros e uma série de coisas que foram muito bem desenhadas, acredito com gente muito competente, mas depois, do ponto de vista prático, faltaram os recursos para executar, faltou também a questão da disciplina no acto da implementação e tudo foi muito afectado pela gestão danosa das instituições. Na

Educação, por exemplo, o PND indicava que era necessário um investimento avultado para a capacitação dos angolanos, mas o programa foi executado num contexto em que, até o ano passado, falava-se de um volume muito grande de funcionários fantasmas neste sector. Provavelmente estes trabalhadores fantasmas não foram colocados por pessoas fantasmas. Quanto de recursos o Estado supostamente investiu na Educação com estes funcionários fantasmas lá inseridos? E este investimento poderia muito bem ter servido para as outras áreas do próprio PND. Portanto, são situações do género na execução dos programas que acabaram por condicionar muito os resultados que hoje verificamos.

Em relação à agricultura, por exemplo, como um dos principais pressupostos para a diversificação, o que terá corrido mal?

Acho que apesar de ter havido, do ponto de vista político, uma intenção objectiva e vontade, dá a impressão que muitas das decisões foram tomadas mais com um espírito de quem tem interesse na agricultura do que quem tem conhecimento na

Pensamos que para se investir na agricultura basta ter bons solos e comprar bons equipamentos e sementes, nunca pensamos no factor humano.

Somos um país que criou ricos mas os nossos ricos não conseguiram criar emprego, empresas que pudessem pagar impostos.

tos como foi a construção de um grande matadouro, no planalto de Camabatela, que esteve parado até bem pouco tempo.

O desaire que houve com o projecto da Aldeia Nova, e a sua replicação a nível da Quiminha. Isso mostra claramente que tivemos uma certa dificuldade de aprender com os erros do passado.

O PND é um programa que no longo prazo deverá estar alinhado à estratégia Angola 2025. Que resultados deverão ser alcançados até lá?

O que auguro é que os fracassos e sucessos deste programa devam merecer uma análise profunda, realista, desapassionada. Não temos necessariamente de apontar só os culpados, mas há sobretudo toda uma necessidade de extrairmos as lições e vermos como vamos caminhar. Foi um primeiro exercício. E, como disse, acho positivo o Estado ter estabelecido um marco no qual orientou todas as suas políticas para o desenvolvimento. Agora, o que recomendaria, se o Governo tivesse condições de o fazer, seria uma análise realista, ver o que funcionou bem, menos bem e o que poderia ter funcionado melhor e só depois voltar a projectar os próximos cinco anos de desenvolvimento do país.

A existência de um sector empresarial privado forte na economia é também uma das grandes metas do PND. Hoje que conclusões tira a esse respeito?

Por razões que se podem justificar ou não, dependo da visão de quem as analisa, penso que temos ainda um Estado muito presente na economia. Temos um sector privado que cresceu e floresceu à sombra do Estado, e isso criou, talvez, um problema muito sério no sentido de que criámos uma burguesia de consumidores e não uma burguesia de empreendedores. Somos um país que criou ricos mas os nossos ricos não conseguiram criar emprego, empresas que pudessem pagar impostos em quantidades significativas para o Estado.

Ou seja, há um número muito pequeno de ricos que o conseguiram. Portanto, esta também é uma análise que precisa de ser feita, para questionar até que ponto a lógica de acumulação de capitais terá permitido gerar empreendedores.

agricultura. Só assim se pode explicar o surgimento de muitos projectos que levaram muito dinheiro ao Estado mas que depois não tiveram resultados. Para fazer um grande investimento agrícola é lógico que é importante investir do ponto de vista de equipamentos, tecnologia moderna, mas não pode ser feito com a evidente demonstração de desconhecimento do contexto onde se estava a colocar este investimento com um total desrespeito aos factores endógenos e ao conhecimento local. Muitos investimentos, no entanto, não produziram as mudanças sociais que se esperavam.

Por exemplo, pensamos que para se investir na agricultura basta ter bons solos e comprar bons equipamentos e sementes, nunca pensamos no factor humano. É preciso ter os técnicos em quantidades suficientes e suficientemente motivados para tirar partido do clima e da boa tecnologia.

Antes de se gastar o dinheiro é preciso fazer um diagnóstico de partida muito assertivo e muitos destes projectos não são perspectivados dessa forma. Só assim é que podemos verificar projec-

Economia/Política

ANGOLA 38 ANOS

A Era de José Eduardo dos Santos

LEGADO. Vença quem vencer as eleições de Agosto, Angola vai ter um novo Presidente da República que não se chamará José Eduardo dos Santos. João Gonçalves Lourenço é o homem que se segue, a julgar pelo conjunto de razões óbvias que antecipam uma vitória do MPLA.

Por Evaristo Mulaza

O 3 de Fevereiro de 2017 foi o primeiro dia do resto da história da Angola. José Eduardo dos Santos confirmou definitivamente a sua ausência nas eleições deste ano, abrindo uma nova era do país no pós-independência. Com mais de 37 anos na liderança, dois terços dos quais repartindo a gestão do território com a rebelião da UNITA, José Eduardo dos Santos cristalizou o seu nome no topo das principais figuras da Angola independente. Muito mais do que um ano, marca várias décadas, várias gerações. É o protagonista central de todas as fases cruciais do país, nos últimos quarenta anos, dividindo o percurso de Angola necessariamente entre um antes e depois de José Eduardo dos Santos.

Com o domínio absoluto da política interna, processo iniciado com a sucessão de Agostinho Neto em 1979, José Eduardo dos Santos lançou publi-

camente, pela primeira vez, o tema da sucessão no dia 23 de Agosto 2001. Num país ainda em guerra, o Presidente comunicaria, numa reunião do Comité Central do MPLA, que não seria o candidato do partido às eleições que, na altura, não tinham data. A eleição legislativa viria a acontecer apenas sete anos depois, com José Eduardo dos Santos a comandar o partido numa vitória com 82% dos votos. Em 2012, com a eleição conjunta do Presidente da República e do partido no poder, por força das alterações ao sistema eleitoral, introduzidas pela Constituição de 2010, o líder do MPLA seria empossado como chefe de Estado para um mandato que termina em 2017. José Eduardo dos Santos teria alegadamente cedido a pressões internas do partido e do palácio presidencial para que não abandonasse o poder, assim como teria acontecido em 2008, quando

liderou o MPLA na primeira eleição legislativa pós-guerra.

Figuras próximas do Presidente revelam, entretanto, que José Eduardo dos Santos teria planos de abandonar o poder a meio do mandato que termina, legando a liderança do país ao vice-presidente. Os seus planos terão, entretanto, gorado, por força de uma suposta forte contestação de sectores internos do partido à primeira escolha de José Eduardo dos Santos.

Desta vez, apesar da manutenção da discordância de figuras relevantes do MPLA e do círculo presidencial, José Eduardo dos Santos escapou às pressões internas e confirmou definitivamente João Lourenço, actual ministro da Defesa, como o cabeça de lista do MPLA, às eleições de 2017, e Bornito de Sousa, ministro da Administração do Território, como o candidato a vice-presidente da República.



© VE

Com o início da transição confirmada, com o controlo, desde já, das correntes de contestação internas, José Eduardo dos Santos pontua pela gestão serena de um processo sensível, impondo a sua escolha para um posto há muito desejado por várias figuras internas do MPLA.

REALIZAÇÕES POLÍTICAS

O estabelecimento da paz, em 2002, por força da derrota da UNITA e da consequente morte de Jonas Savimbi, é consensualmente destacada como a principal realização de José Eduardo dos Santos, no plano político. Várias vezes aberto a negociações, ao longo dos 23 anos que comandou a guerra civil contra a rebelião de Jonas Savimbi, José Eduardo dos Santos assinou os Acordos de Bicesse, em 1991, com

o líder da UNITA, abrindo o caminho para a realização das primeiras eleições gerais em 1992. O processo eleitoral viria, entretanto, a ficar inconclusivo pela recusa dos resultados eleitorais por Jonas Savimbi que decidiu regressar às matas e retomar a guerra. Em 1994, numa tentativa de recuperação dos Acordos de Bicesse, José Eduardo dos Santos orientou o então ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, a assinar o Protocolo de Lusaka, com Eugénio Ngola 'Manuvakola', pelo lado da UNITA. Apesar de ter permitido a criação do Governo de Reconciliação Nacional (GURN) que juntou representantes de várias formações partidárias, incluindo a UNITA, o Protocolo de Lusaka foi incapaz de impedir a prossecução da guerra

1979

José Eduardo dos Santos chega ao poder, escolhido pelo Comité Central do MPLA, depois da morte de Agostinho Neto

1992

Primeiras eleições livres, depois dos acordos de Bicesse e um ano depois da instituição do multipartidarismo. Resultado não reconhecido pela UNITA.

1994

Assinatura dos acordos de Lusaka, entre o Governo e a Unita, em Lusaka, depois do regresso à guerra civil. É criado o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN).

2002

Morre Jonas Savimbi. Acordos de paz assinados em Abril

2017

O PRESIDENTE da República anuncia a sua ausência na corrida eleitoral de Agosto, iniciando o processo de transição.

José Eduardo dos Santos deixa o poder por vontade própria.

via 15 jovens acusados de tentativa de rebelião acabaria, no ano passado, com um perdão presidencial, recurso várias vezes utilizado por José Eduardo dos Santos para devolver a liberdade a cidadãos acusados dos crimes mais diversos.

O LEGADO ECONÓMICO E SOCIAL

O volume das transformações económicas e sociais do pós-independência são o reflexo mais tangível das realizações de José Eduardo dos Santos, mas também a principal fonte da contestação interna à longevidade do seu poder. Após o longo processo de reformas, iniciado com o Saneamento Económico e Financeiro (SEF) na década de 1980 que lançaria as bases para a transição para a economia de mercado no início dos anos 1990, Angola teve de esperar até ao fim da

O estabelecimento da paz, em 2002, por força da derrota da UNITA e da consequente morte de Jonas Savimbi, é consensualmente destacada como a principal realização de José Eduardo dos Santos, no plano político.

guerra para iniciar o lançamento de programas económicos concretos.

No início da década passada e perante a recusa da comunidade internacional em apoiar a realização de uma conferência de doadores, à semelhança do que ocorria com outros países destruídos pela guerra, José Eduardo dos Santos virou as 'baterias' para a China, firmando uma relação que até hoje se revela decisiva ao crescimento da economia angolana. Envolto, entretanto, em vários ministérios, os números do financiamento chinês seriam divulgados pela primeira vez de forma oficial, apenas em 2007, pela voz do então ministro das Finanças José Pedro de Morais que os colocou, na altura, perto dos sete mil milhões de dólares.

Continua na pág. 12

CARAS NOVAS NA LIDERANÇA DO MPLA

Os primeiros fora da guerrilha



O percurso político de João Lourenço e Bornito de Sousa tem um denominador comum: podem ser os primeiros dirigentes do topo que não passaram pela luta pela independência.

Apenas por uma única vez, João Lourenço teve um cargo com responsabilidades económicas. Foi num curto período de tempo quando, no bureau político do MPLA, respondia pela esfera económica.

Como muitos dirigentes do MPLA, João Lourenço passou pela famosa escola militar da antiga União Soviética, a Academia Superior Lenine, entre 1978 e 1982. Mas não se limitou ao curso militar em artilharia pesada, formou-se ainda em Ciências Históricas e foi ali que ganhou o gosto por jogar xadrez e aprendeu karaté.

Também tal como muitos dirigentes do MPLA, João Lourenço 'bebeu' do pai as preocupações políticas. Sequeira Lourenço, nascido em Malanje, era enfermeiro e esteve sob vigilância da polícia política colonial por "actividades subversivas". Foi companheiro, nas lides da contestação, de Mendes de Carvalho e colocado no Porto do Lobito, cidade que viu nascer o filho João, a 5 de Março de 1954.

Entre os dirigentes de topo do MPLA, João Lourenço é dos poucos que não passou pela guerrilha, mas cedo agarrou em armas, quando ingressou no partido que viria a tomar o poder em 1975. Foi colocado na Ponta Negra, no

Congo, e participou nos combates contra o exército da FNLA, na altura apoiado pelas tropas zairenses de Mobutu Sese Seko, defendendo Cabinda. Ganhou assim um prestígio militar que ainda hoje lhe dá dividendos e o levou à URSS.

Regressado a Angola, divide o seu percurso entre o meio castrense e a política. De 1983 a 1986, acumula a liderança provincial do MPLA do Moxico com a presidência do Conselho Militar Regional. De 1986 a 1989, é o primeiro secretário do MPLA de Benguela. Depois foi 'subindo' na hierarquia partidária: liderou a direcção política das FAPLA e dirigiu a informação e o grupo parlamentar até chegar a secretário-geral do MPLA. Em 2003, chegou a admitir ter condições para substituir José Eduardo dos Santos. As declarações, dizem os analistas políticos, foram-lhe quase fatais. Fez uma 'travessia do deserto' que só viria a culminar com a nova eleição para vice-presidente, em Agosto do ano passado, cargo que vem acumulando com o de ministro da Defesa.

General na reserva, João Lourenço é pai de seis filhos, casado com a ex-ministra do Planeamento Ana Dias Lourenço e fala fluentemente russo e espanhol.

EX-ADVOGADO

Mais velho um ano do que João Lourenço, Bornito de Sousa tem um longo currículo, essencialmente político, depois de se formar em Direito. Começou a carreira na JMPLA, onde chegou a 1.º secretário. Já sénior, exerceu a advocacia, mas interrompeu para assumir a função de ministro da Administração do Território, em 2010. Antes foi deputado, liderou a Comissão de Assuntos Jurídicos, Regimento e Mandatos da Assembleia Nacional e a Comissão Constitucional da Assembleia Nacional. Nasceu em Malanje, é docente da Universidade Católica, pai de três filhos, e fala inglês, francês e espanhol.

Emídio Fernando

2008 2012

Segundas eleições legislativas. MPLA vence com maioria absoluta. JES é nomeado Presidente da República.

JES vence as eleições presidenciais para um mandato de cinco anos.

Economia/Política

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola
 A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras 'favoráveis' a Angola. Pág. 14

PETRÓLEO
Potencial do onshore ignorado
 Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 55 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos que promete a criação de micro economias locais e de emprego... produção onshore em Angola marginal, abaixo dos 3%, cor triando a tendência mundial 67% de todo o petróleo no mercado internacional é explorado onshore. Págs. 4-9

EM CAUSA A CRISE DE DIVISA
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza
 A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (AEBRAN) é autora de uma proposta que deve ser submetida ao governo brasileiro no sentido de acordos com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

Luanda com seis novas centrais eléctricas
 Empresa de Produção de Electricidade - PRODEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que preveem abastecer mais de 600 mil residentes em Luanda. Pág. 18

CATIVIDADE DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE
 À entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inscrito no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais avançam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes nas despesas de investimento não prioritárias são uma das explicações para a insustentabilidade do Governo em alterar as referências do OGE deste ano. Págs. 10-11

Moedas AKZ USD 160,9 Kz (+0,9) ▲ EUR 181,02Kz (+0,7) ▲ LIBRA 229,7 Kz (+0,3) ▼ YUAN 24,7 Kz (+0,3) ▲ R\$ 10,5 Kz (+0,3) ▲

Descarregue a App

Assinaturas:
 assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
 Contactos comerciais: 941 784 791 (Arieth Lopes),
 941 784 792 (Geovana Fernandes)
 Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola

Continuação da pág. 11

A reconstrução do país, com o crédito da China, daria então início por volta de 2005, tendo o Governo de José Eduardo dos Santos optado pela recuperação da rede de estradas, 70% da qual “em avançado estado de degradação”, segundo as contas do Presidente da República, no seu discurso ao ‘Estado da Nação’ de Outubro de 2010. A reconstrução privilegiou também a recuperação de pontes e pontões que, dos quatro mil contabilizados, pelo menos “dois terços estavam parcial ou totalmente destruídos”. A desminagem das várias centenas de campos, a reabilitação dos caminhos-de-ferro, a construção de escolas a todos os níveis e hospitais entraram nas prioridades da reconstrução. Até Junho do ano passado, o Instituto de Estradas de Angola (INEA) contabiliza 12.400 quilómetros de estradas recuperados e, pelo menos, 800 em construção, enquanto as pontes construídas estavam fixadas em 233. No caso da linha ferroviária, os números estavam em 2.612 quilómetros completamente recuperados, além de 151 estações construídas de raiz, num investimento global de 3,5 mil milhões de dólares.

Favorecido pela valorização do preço do petróleo que permitiu uma taxa de crescimento média superior a 10%, até à crise de 2014, José Eduardo dos Santos lançou o mais ambicioso projecto social da sua governação, que levou à construção de novas centralidades habitacionais nas 18 províncias. Luanda, com cerca de um quarto da população angolana, viu erguidas desde 2008 quatro centralidades, resolvendo as necessidades habitacionais de dezenas de milhares de famílias angolanas.

Mas a governação de José Eduardo dos Santos, especialmente em matéria de realizações económicas e sociais, jamais gerou consensos. Além do descontrolo da corrupção, fortemente alimentada pelos recursos que inundaram os cofres do Estado entre 2005 e 2014, a sua governação é criticada por ter facilitado a criação de uma restrita elite rica, em contraponto com o estado de pobreza em que encontra a maioria da população. Às críticas somam-se a distribuição desequilibrada dos recursos nacionais, a incapacidade de promoção de simetrias regionais e a ineficiência na concretização de vários programas, que se projec-

tam com impactos socio-económicos significativos.

À saída do poder, José Eduardo dos Santos deixa, entretanto, as bases lançadas para a consolidação de uma economia moderna, virada para a colocação do mercado no centro da realização da actividade económica, em substituição do Estado, na qualidade de operador. Observadores receosos à opção pelo actual ministro da Defesa encontram precisamente na consolidação do processo económico a maior incógnita de um futuro consulado de João Lourenço, atendendo a sua experiência governativa, mais virada para as questões militares e para a política partidária.

À saída do poder, José Eduardo dos Santos deixa, entretanto, as bases lançadas para a consolidação de uma economia moderna, virada para a colocação do mercado no centro da realização da actividade económica, em substituição do Estado, na qualidade de operador.

A INFLUÊNCIA EXTERNA

A construção da influência externa do país, especialmente no espaço da África austral e dos Grandes Lagos, teve na independência da Namíbia e no combate ao apartheid na África do Sul o seu primeiro registo mais significativo. Numa missão conjunta com o malgrado mítico líder da revolução cubana, José Eduardo dos Santos liderou o apoio externo à luta da SWAPO, de Sam Nujoma, e do Congresso Nacional Africano, de Nelson Mandela, contra o regime racista e segregacionista sul-africano que culminou com a queda do apartheid na África do Sul e a independência na Namíbia no princípio da década de 1990.

Com a conquista do Sudoeste Africano, pelo envolvimento directo de Angola, a liderança de José Eduardo dos Santos na África austral seria reconhecida pelos seus pares, tendo-se reforçado com a derrota da UNITA, em 2002, que permitiu levar o país a novas missões

de estabilização do continente, passando directamente pela República Democrática do Congo, Guiné Bissau e pela República Centro Africana.

Na RD do Congo, José Eduardo dos Santos apoiou, de forma decisiva, o derrube do regime de Mobutu Sese Seko, antigo aliado de Holden Roberto, da FNLA, e mais tarde de Jonas Savimbi, e que tinha os olhos virados para a anexação da província de Cabinda. Com a chegada de Laurent Kabila ao poder, entretanto substituído pelo seu filho Joseph Kabila, depois de assassinado, em 2001, José Eduardo dos Santos não só eliminava a ameaça expressa do vizinho do Norte à integridade do território nacional, como ditaria a influência angolana no processo político congolês subsequente até à data presente. Da RD do Congo, Angola daria o salto para a Guiné Bissau, país marcado por uma instabilidade político-militar crónica, onde seria chamada, no quadro de um acordo de cooperação na CPLP, a apoiar as forças armadas guineenses, com formação militar. A Missão (Missão Militar Angolana na Guiné Bissau) deixaria aquele país um ano depois, isto em Julho de 2012, no seguimento de acusações de sectores das forças armadas guineenses de que Angola estaria a preparar-se para intervir militarmente na Guiné Bissau. Entretanto, vários observadores colocaram países como a Nigéria no centro da controvérsia, alegadamente por receios da expansão da influência geopolítica angolana num espaço que consideram sua zona de influência.

Mais recentemente, José Eduardo dos Santos reactivou a adormecida Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), tendo, através deste mecanismo, contribuído de forma decisiva para a solução do conflito na República Centro Africana, que ficou sob o comando de Catherine Samba-Panza até Março de 2016.

O conjunto dos resultados da liderança de José Eduardo dos Santos em África e Angola viria a transformar o país num destino obrigatório de vários líderes africanos e mundiais, com o registo de passagens de figuras como François Hollande e Nicolas Sarkozy (actual e anterior presidentes franceses), Angela Merkel (chanceler alemã), Hillary Clinton (ex-secretária de Estado norte-americana) e Matteo Renzi (ex-primeiro-ministro italiano).



MAIS DE OITO MIL MILHÕES de kwanzas foram arrecadados, no Huambo, em 2016, pela Repartição Fiscal, um aumento de 13% em relação ao ano anterior. A informação foi prestada pelo chefe-adjunto da Repartição, Edson Pinto.



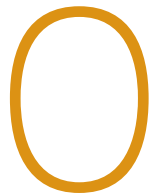
O NÚMERO DE CONTABILISTAS, no país, está aquém das necessidades das empresas. De acordo com o contabilista e consultor financeiro Manuel Ribeiro Sebastião, o país regista quatro mil contabilistas para 50 mil empresas no activo.

CINCO PROJECTOS APROVADOS DESDE DEZEMBRO

Mais de 300 milhões de dólares aprovados no âmbito da COSEC

CONSTRUÇÃO. O último contrato assinado, com recurso à linha de crédito da Companhia de Seguros de Créditos-COSEC, destina-se à aquisição de serviços, no valor de cerca de 1,7 mil milhões de kwanzas.

Por Isabel Dinis



de melhoria da via de acesso ao novo aeroporto internacional de Luanda,

Presidente da República aprovou um contrato de aquisição de serviços para a coordenação técnica das obras

no âmbito da execução de projectos da linha de crédito COSEC (Companhia de Seguros de Créditos).

O contrato, no valor de cerca de 1,7 mil milhões de kwanzas, vai ser assinado entre o Ministério da Construção e a empresa Grupotec-Engenharia e visa a coordenação das obras públicas do programa de construções e intervenções viárias nos acessos ao novo aeroporto.

Em Outubro, um decreto presi-

dencial anulava um contrato com a empresa chinesa Tiesiju Civil Engineering (CTCE), num montante de 695,1 milhões de dólares para trabalhos na via expressa e na ampliação e reabilitação da A4. O contrato foi anulado com base na contenção de custos, sendo a obra então considerada 'não prioritária' em época de crise.

O novo aeroporto deverá estar operacional a partir do primeiro semestre deste ano, anunciou, em Ou-

tubro de 2015, o ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás.

Desde Dezembro, o Governo aprovou, no âmbito da linha de crédito Angola-Portugal, COSEC cinco projectos públicos avaliados em mais de 300 milhões de dólares. Os cinco projectos incluem a construção das infra-estruturas da zona da Boavista, acesso ao porto de Luanda, estrada Sonils, duplicação da ponte sobre o rio Soroca e ligação Sonils/via expressa/Kifangondo. Está incluída igualmente a construção dos escritórios da Assembleia Nacional e a reabilitação da estrada via expressa/Camama/Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem 'Loy' com trabalhos de

micro e macrodragagem assim como a elevação de uma rotunda.

Os contratos foram firmados entre o Governo e a Telhabel Construções, Omatapalo Engenharia e Construção, Somague, Grupotec e Mota Engil. O mais elevado orçamento foi concertado com a empresa portuguesa Mota-Engil que já foi responsável por várias obras em Luanda. O Governo garante a continuidade da execução dos Programas de Investimentos Públicos, com recurso à linha de crédito Angola-Portugal.

Esta linha foi criada por Portugal em 2008 e destina-se a minimizar os efeitos da crise e apoiar a internacionalização, tendo a garantia do Estado português e a gestão exclusiva da COSEC.

Em Outubro, o ministro das Finanças, Archer Mangureira, reuniu-se com a secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, Teresa Ribeiro, para acelerar a inclusão de projectos que seriam desenvolvidos por empresas portuguesas na linha de crédito da COSEC.



JÁ PENSOU COMO SERÁ O FUTURO DOS SEUS COLABORADORES?

FUNDO DE PENSÕES NOSSA REFORMA.

Na NOSSA Seguros, pensamos hoje o dia de amanhã dos seus colaboradores.

O Fundo de Pensões NOSSA Reforma é a solução de investimento para pequenas e médias empresas que garante a todos os seus colaboradores um vasto conjunto de vantagens: reforma por velhice, reforma antecipada e reforma por invalidez. Confie na NOSSA Seguros, que faz parte de um dos maiores grupos financeiros angolanos. Invista a longo prazo no bem-estar.

COM O FUNDO DE PENSÕES NOSSA REFORMA, O FUTURO DOS SEUS COLABORADORES ESTÁ EM BOAS MÃOS.

Saiba mais numa agência NOSSA ou em www.nossaseguros.ao



NOSSA
SEGUROS

Mercado & Finanças

DADOS DA EMIS REALTIVOS A DEZEMBRO DE 2016

Angola tem apenas 2.911 sistemas Multicaixas para 18 províncias

PAGAMENTO. Até 31 de Dezembro passado, estavam disponíveis e operacionais, em todo o país, 2.911 aparelhos multicaixas. Luanda detém maior número de aparelhos, mas é Cabinda quem mais dinheiro colocou em circulação, atingindo 2,4 milhões de kwanzas em Dezembro. BFA liderou saídas de valores, com 3,2 milhões.



Por Nelson Rodrigues

O índice de penetração dos multicaixas em Angola ficou contabilizado, até Dezembro de 2016, em apenas 2.911 aparelhos, distribuídos nas 18 províncias, com Luanda a responder por mais da metade do volume total dos aparelhos, revelam dados da Emis, extraí-

dos de um relatório de balanço. Das 18 províncias, Luanda concentra o maior número de aparelhos multicaixas, com um total de 1.639 máquinas, seguido, na posição mais imediata, pelas províncias de Benguela, com 244 aparelhos, Huambo, com 134 e Kwanza Sul, com 102 aparelhos.

Na distribuição por localidade, o município de Luanda, na capital, é o que absorve o maior número de caixas de pagamentos, com 1.055 máquinas. O distrito urbano de Belas vem a seguir, concentrando 213 unidades.

Se Luanda ganha na concen-

tração de aparelhos multicaixa, o mesmo não sucedeu com a libertação de notas, durante o mês de Dezembro, tendo sido 'batida' por Cabinda, que, sozinha, colocou em circulação acima de 2,4 milhões de kwanzas, um caso estranho, se se considerar que Luanda teve maior número de transacções no período anterior e tem maior concentração territorial de aparelhos.

Na classificação das cinco maiores províncias por colocação de notas no mercado, Luanda não consta nas cinco maiores. Depois

de Cabinda, seguem a lista as províncias da Lunda Sul (2,2 milhões kwanzas), Bié (2,2 milhões), Bengo (2,1 milhões) e Malanje (2,1 milhões) [Ver gráfico ao lado].

Luanda, com apenas 2.052.374 kwanzas lançados nos multicaixas, aparece três 'casas' depois, atrás do Moxico, com 2.127.076 kwanzas, e da Lunda Norte, com 2 093 991. O relatório não explica as causas do baixo fluxo financeiro para Luanda, comparativamente ao mês anterior, quando liderava o 'ranking', nem por que razão Cabinda aparece à frente.

No entanto, fontes da banca que a discrepância se deve ao facto da grande concentração de TPAs, em Luanda, que vão dispensando alguma necessidade de dinheiro vivo.

Do balanço feito pela Empresa Interbancária de Serviço, também gestora da rede Multicaixas e afins, consta ainda o número de transacção por banco e o volume financeiro movimentado no período. Segundo a estatística, o Banco de Fomento Angola (BFA) foi a entidade que mais dinheiro libertou no período, com uma colocação na ordem dos

DE NOVEMBRO A DEZEMBRO

Bolsa de Valores atinge 60 mil milhões de kwanzas

Cerca de 60 mil milhões de kwanzas foram transaccionados na Bolsa da Dívida de Valores de Angola (BODIVA) que registou negociações a volta dos 60 biliões de kwanzas por mês, nos meses de Novembro e Dezembro de 2016, contra 30 biliões do período homólogo de

2015, revelou o presidente do conselho de administração da instituição, Patrício Vilar.

De acordo com o gestor, que falava à margem do conselho consultivo da Comissão do Mercado de Capitais, na semana passada, a contribuir está o lançamento do seg-

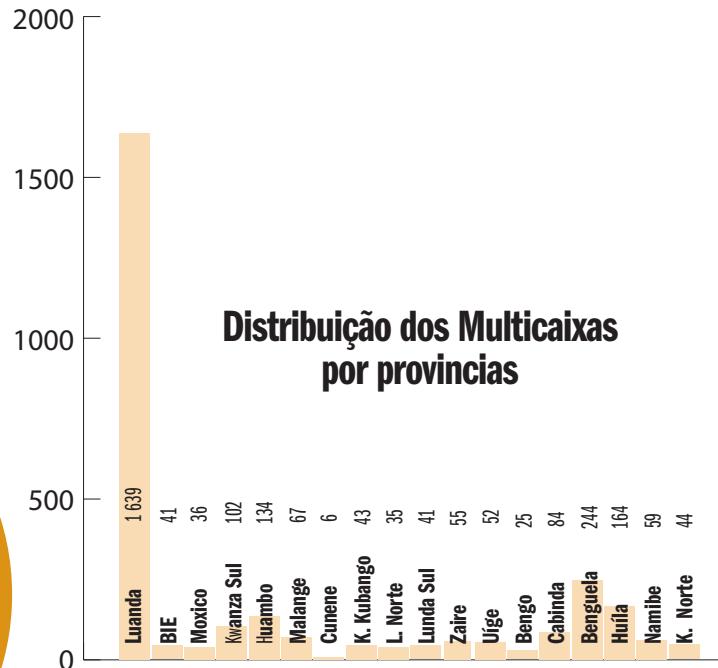
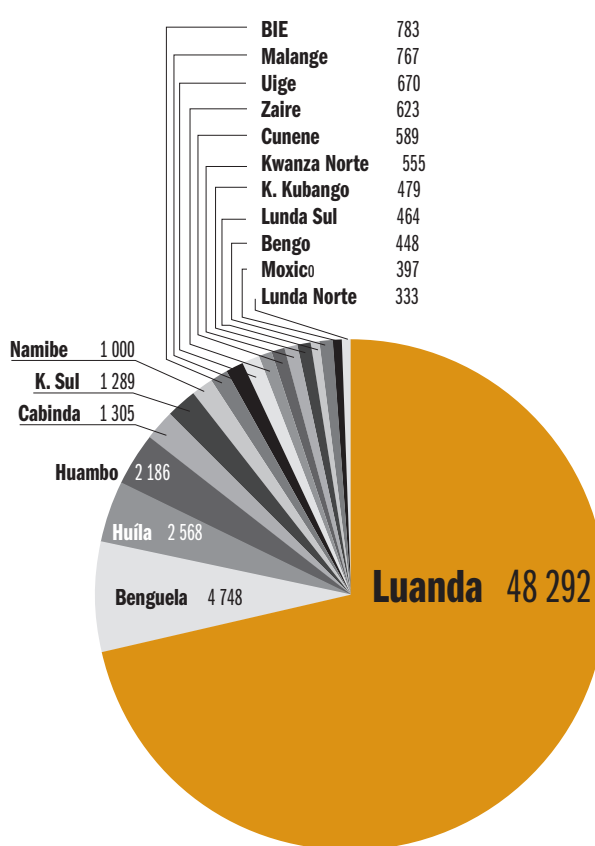
mento bolsista, a 15 de Novembro de 2016, período em que se registou a "melhor fase da vida da BODIVA em Angola".

Patrício Vilar sublinhou ainda que, em 2016, a BODIVA teve duas vezes e meio, o nível de negociações, em comparação com o ano de 2015,



PCE do Banco de Poupança e Crédito (BPC), Zinho Baptista Manuel, iniciou visita de serviço na região Sul, em várias instalações do banco, incluindo os balcões SIAC, Tira, Balcão Central, em Onjiva, Balcão Santa Clara, em Namacunde, em Xangongo e em Cahama, indica uma nota da entidade.

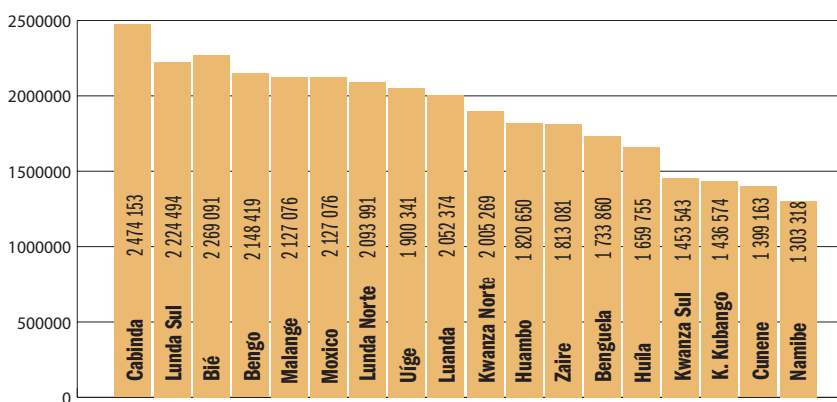
Expansão dos Terminais de Pagamento Automático às províncias



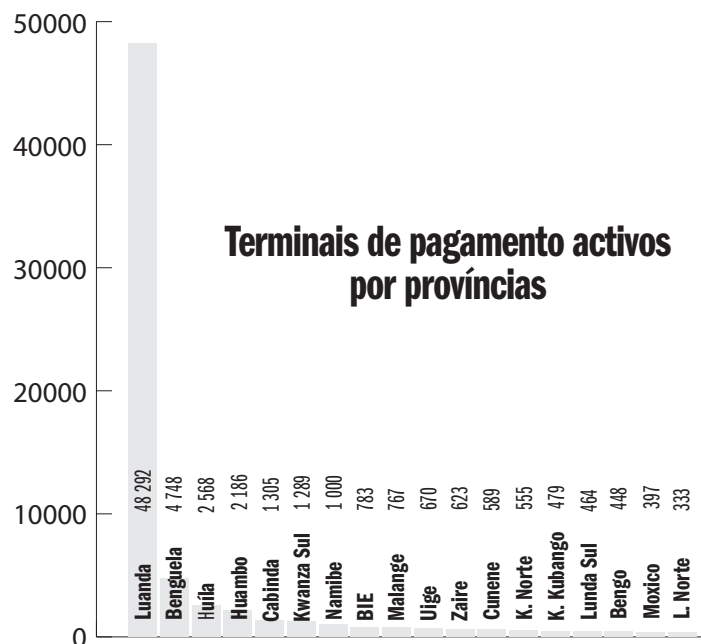
Valor médio dispensado pelos ATM

| | |
|-------------|-----------|
| Cabinda | 2 474 153 |
| Lunda Sul | 2 224 494 |
| Bié | 2 269 091 |
| Bengo | 2 148 419 |
| Malange | 2 127 076 |
| Moxico | 2 127 076 |
| Lunda Norte | 2 093 991 |
| Luanda | 2 052 374 |
| K. Norte | 005 269 |
| Uíge | 1 900 341 |
| Huambo | 1 820 650 |
| Zaire | 1 813 081 |
| Benguela | 1 733 860 |
| Huila | 1 659 755 |
| Kwanza Sul | 1 453 543 |
| K. Kubango | 1 436 574 |
| Cunene | 1 399 163 |
| Namibe | 1 303 318 |

Valor médio dispensado pelos ATM



Terminais de pagamento activos por províncias



-Norte (555), Kuando-Kubango (479), Lunda-Sul (464), Bengo (448), Moxico (397) e Lunda-Norte, com 333, o menor número de TPA.

REDE DE TPA CRESCE EM 2015

Também o último relatório Deloitte 'Banca em Análise' faz uma radiografia do comportamento dos meios de pagamento durante o ano de 2015. Segundo dados da Emis, o número de Caixas Automáticas (ATM/Multicaixas) e Terminais de Pagamento Automático (TPA) registaram um crescimento de 6% e 31%, respectivamente.

O número de ATM aumentou de 2.627 em 2014 para 2.776 em 2015 e o número de TPA cresceu para 61.496 terminais em 2015 face a 47.076 em 2014. Já o número de transacções, em 2015 registou-se um crescimento global de 25% face ao período anterior, sendo que as transacções realizadas em ATM cresceram 20% e as transacções efectuadas em TPA cresceram

3,2 milhões de kwanzas. Após do BFA, também líder na classificação por lucros, segue o Banco Económico, com uma colocação de quase 3 milhões de kwanzas, precisamente 2.932.680 kwanzas. Os bancos Standard Bank Angola, Pungo Andongo e o BIC posicionam-se nos terceiro,

quarto e quinto lugares, respectivamente, completando assim o 'ranking' dos maiores na disponibilização de notas por via dos multicaixas.

MAIS TPA EM LUANDA

O relatório volta a colocar Luanda na linha da frente na classificação de províncias por concentração de

Terminais de Pagamento Automático (TPA). Segundo dados da Emis, Luanda dispõe de 48.292 TPA, de um total nacional de 67.496 terminais (Ver gráfico).

Benguela é a segunda região do país com maior número de TPA. Até Dezembro de 2016, a província

dispunha de 4.748 TPA, seguida da Huila, com 2.568, Huambo, com 2.186, Cabinda, com 1.305, e Kwanza-Sul, com 1.289 TPA. A distribuição de TPA por províncias integra ainda Namibe (1.000), Bié (783), Malanje (767), Uíge (670), Zaire (623), Cunene (589), Kwanza

tendo registado um volume de transacções de 365 mil milhões de kwanzas, o equivalente a dois mil milhões de dólares.

Números da BODIVA mostram que, em 2015, as transacções foram de 104 mil milhões de kwanzas, de acordo com Patri-

cio Vilar, que defendeu a necessidade do lançamento de outros segmentos para tornar o mercado da bolsa cada vez mais atractivo.

Actualmente, os Bilhetes de Tesouro (BT) são os títulos mais atractivos na Bolsa, tendo taxas de juros fixadas entre 23%

e 24%, com o período de maturidade inferior, em comparação com os títulos das Obrigações de Tesouros (OT), o que justifica a concorrência registada pelos bancos comerciais e pelas empresas.

O Mercado de Títulos de Tesouros (MBTT) é o mais atrac-

tivo, ressaltou. "Creio que com o Plano Anual de Endividamento que foi apresentado recentemente, pelo Ministério das Finanças, será invertida esta tendência e teremos emissão de longo prazo, como as Obrigações de Tesouros", realçou Vilar.



Mercado & Finanças

PUB

www.macontransp.com



macon
Seu Destino, nosso Objectivo!

planejamento.com.br

Aluguer, Fretamento & Turismo

A Macon Transportes está presente por toda Angola, excepto Cabinda, transportando pessoas para lazer ou trabalho há mais de 14 anos.

Realizamos os serviços de Aluguer, Fretamento e Turismo, para atender viagens de passeios, negócios e encontros diversos, além de soluções customizadas e adequadas para o transporte de funcionários de empresas entre suas casas e locais de trabalho.

Dispomos de estrutura própria de atendimento e a frota mais nova do país, monitorada via satélite que significa maior segurança e pontualidade durante as viagens.

Fretamento



Urbano



Conforto para todo tipo de Viagem



Turismo



Autocarros Monitorados Via Satélite



A Macon têm as melhores opções para suas necessidades em Transporte, com serviços diferenciados com foco total no Conforto, Segurança e na Qualidade.



comercial@macontransp.com

923 61 61 58 / 226 21 35 04

ARCHER MANGUEIRA, MINISTRO DAS FINANÇAS

“Angola precisa de melhorar a supervisão financeira”

FINANÇAS. Governante garante apoio à administração da Comissão de Mercado de Capitais no sentido de levar o regulador angolano ao reconhecimento da Organização Internacional da Comissão de Valores.

Por Cândido Mendes

A supervisão efectiva é uma condição obrigatória para gerar a confiança nos mercados, especialmente a confiança dos

investidores institucionais e dos grandes players internacionais”, declarou o ministro das Finanças, Archer Manguera, no 4º Encontro de Quadros da Comissão de Mercado de Capitais e intervenientes do mercado, decorrido em Luanda.

“Só através das garantias dadas pela supervisão é que conseguiremos tornar a nossa praça financeira atractiva para a captação do investimento estrangeiro, seja o investimento em valores mobiliários, em particular em Títulos do Tesouro”, defendeu o governante.

Manguera lançou o desafio concreto de realizar as acções que conduzam ao “preenchimento integral” dos requisitos para que a CMC tenha o reconhecimento pleno pelos seus pares internacionais, a Organização Internacional das Comissões de Valores (OICV).

O encontro de dois dias que contou também com representantes do Banco Nacional de Angola (BNA) e da Agência Angolana Reguladora de Seguros (ARSEG) teve como objectivos “partilhar linhas gerais da estratégia da CMC” a serem implementadas no mandato do recentemente nomeado conselho de administração, de acordo com Ottoniel Santos, administrador executivo da CMC.

O encontro procurou também analisar questões da dívida pública, relacionadas com a dinamização do mercado secundário, além de ter analisado “com pro-



Archer Manguera quer que CMC tenha reconhecimento pleno pelos seus pares internacionais.

fundidade” os instrumentos que são negociados neste mercado.

A CMC quis saber dos operadores do mercado as suas experiências e as dificuldades de momento, informação que será útil aquando do arranque de outros segmentos do mercado, segundo Ottoniel Santos.

Por enquanto, o mercado de valores apenas vende títulos públicos. O alargamento para a (verdadeira) bolsa tem sido adiado repetidamente.

Entre as causas do atraso do arranque da bolsa, incluem-se “questões organizativas e estruturais de accionistas”, mas também, pelas palavras do ministro, a necessidade do reforço da supervisão. Somam-se também aos constrangimentos a “deficiência” na contabilidade das empresas, como lembrou José Severino, presidente da

Associação Industrial de Angola, AIA. Na última edição do VALOR, o presidente da BODIVA, Patrício Vilar, avançava ainda o recurso excessivo do Estado ao endividamento, através dos Títulos do Tesouro com taxas altamente atractivas, entre as causas do atraso do mercado accionista.

As declarações de Archer Manguera surgiram um dia depois de a presidente da CMC, Vera Daves, ter declarado à imprensa que Angola estava a estudar a possibilidade de permitir que investidores não-residentes possam apostar na bolsa em “determinadas condições” e dentro de “limites” não especificados. O Banco Nacional de Angola iria brevemente emitir um instrutivo que espelharia como esses investimentos podem ser feitos.

“Mercado segurador em Angola – Desafios para amanhã”



PAULO
BRACONS

CEO SAHAM
Angola Seguros

A concorrência e a competição são bem-vindas, mas é necessário que estas seguradoras estejam todas dotadas de competências e recursos que lhe permitam operar eficazmente. Falar em competências é falar em recursos humanos preparados e formados, mas também é falar em know how que um mercado como o nosso precisa de reforçar.

Falar do mercado segurador em Angola é referir-se aos seguros num mercado emergente que verdadeiramente só começou em 2005 com a Liberalização do Sector Segurador. Estamos num mercado que ainda contribui pouco para o PIB (menos de 1%), que precisa de ser mais bem divulgado, na sociedade em geral, e na escola, em particular (estamos a falar da literacia financeira), que precisa de aumentar as suas competências e nível de tecnicidade das suas operações (mais e melhores recursos). Afinal, uma seguradora é uma entidade financeira em quem particulares e empresas confiam, ao transferirem os seus riscos (quer particulares, quer empresariais) e garantam a sua evolução em segurança.

Sendo um sector jovem, é naturalmente um sector em progressão, mas dadas as suas fundações ainda recentes, foi um sector muito impactado em 2016 pelo actual momento da economia. O negócio segurador é hoje, em Angola, um negócio fundamentalmente ligado aos ramos não-vida, quer seja ao nível dos patrimónios (empresas, habitação, bens móveis como o automóvel), das responsabilidades ou dos acidentes (acidentes de trabalho que, seguindo o que se passa noutros mercados, está integrado no sector segurador). Em momento de retracção da economia, verifica-se uma correlação directa com esta e há menos negócio neste tipo de seguros, pois há menos obras, menos projectos, menos dinheiro injectado na economia. Foi o que se

passou em 2016. Não tenho números do mercado de 2016 mas, certamente, tirando o caso dos seguros de saúde, que está a passar por uma fase de grande expansão (e onde os custos também estão a crescer muito), a generalidade dos ramos não-vida não cresceu. Por outro lado, o ramo vida ainda é pouco expressivo no sector segurador angolano, não existindo soluções de reforma e capitalização a ser comercializadas no mercado. A expansão do ramo vida é muito importante, pois trabalha muito o longo prazo e é, nos mercados maduros, o melhor contribuidor para o financiamento da economia.

Mas voltemos a 2016. Apesar da retracção, houve evolução positiva dos segmentos de retalho e do ramo automóvel em particular. Sendo o ramo automóvel um ramo obrigatório ele terá naturalmente, a par de outros ramos obrigatórios, como o ramo acidentes de trabalho, uma evolução significativa nos próximos anos. 2016 marca também o registo de 24 seguradoras no mercado, ainda nem todas a operar. A concorrência e a competição são bem-vindas, mas é necessário que estas seguradoras estejam todas dotadas de competências e recursos que lhe permitam operar eficazmente. Falar em competências é falar em recursos humanos preparados e formados, mas também é falar em know how que um mercado como o nosso precisa de reforçar. E é aqui que grupos internacionais, como o Grupo SAHAM, que se assume como um grupo pan-africano, que está presente em 26 países com mais de 30 companhias de seguros pode acrescentar valor. Temos a experiência de mercados pan-africa-

nos e, mais do que isso, temos e queremos estar mais e melhor em Angola. Para o Grupo SAHAM, Angola é um mercado onde queremos crescer e desenvolver mais o nosso negócio. Temos o ‘know how’, o conhecimento do mercado, a penetração no terreno que 12 anos de experiência nos transmitem (começámos como GA Angola Seguros, em 2005), temos, enfim, ingredientes que podem ajudar a nossa expansão e ajudar no crescimento do mercado.

Mas o desenvolvimento do mercado não se faz somente de seguradoras, faz-se também de canais de distribuição. Nos mercados mais maduros, já só se fala em canais digitais. Em Angola, terão certamente o seu lugar, até porque a utilização dos telemóveis é muito significativa e o futuro do digital (também nos seguros) passa (só) por este canal. O que eu estou a falar é de algo mais básico, de agentes de seguros, em particular, para vender seguros individuais, que levem o seguro automóvel (hoje obrigatório) ao ponto mais longínquo, mais distante, onde as seguradoras naturalmente não podem chegar. É imprescindível darmos este passo e a SAHAM está a posicionar-se nele.

Por outro lado, os seguros de saúde estão a ter uma grande progressão em Angola. As seguradoras que melhor souberem posicionar-se nesta área de negócio serão as vencedoras. Não se trata somente de ter canais de distribuição bons e eficazes na divulgação e venda destes produtos. Trata-se de ter produtos com futuro, adaptados às realidades de Angola e, fundamentalmente, sustentáveis (sendo o seguro de saúde um produto de

elevado nível de consumo, não será possível por muito mais tempo manter soluções e coberturas no mercado angolano sem a existência de co-pagamentos, até porque não são economicamente viáveis). Por isso é importante ter soluções de seguros em que a cadeia de valor, por questões de custos e eficiência do negócio, esteja assegurada. Por isso, seguradores com ‘know how’ internacional podem ser aqui uma peça importante. É o caso do Grupo SAHAM que possui um TPA (Third Party Administrator) experiente, a operar em vários países de África – no nosso caso a MCI Care – que faz a gestão da nossa relação com as Clínicas e Hospitais e já hoje a operar em Angola.

Outras áreas de desenvolvimento do sector segurador em Angola são claramente os seguros multiriscos habitação (MRH) e os seguros de acidentes de trabalho para empregadas domésticas, procurando responder aos novos desafios que as centralidades colocam (MRH) e à crescente consciência de responsabilidade social que as políticas públicas incorporam.

Por último, gostaria de referir de este é um sector onde as empresas têm que estar capitalizadas. Sendo a SAHAM Angola Seguros uma das 32 Companhias de Seguros do Grupo SAHAM, é a segunda companhia do grupo em dimensão de negócio. Acreditamos muito em Angola e no seu potencial. Prova disso é um aumento de capital que faremos proximamente (2,519 biliões de kwanzas) e que tornará a SAHAM Angola Seguros uma das companhias mais bem capitalizadas do mercado segurador angolano e apta para responder aos desafios de desenvolvimento deste grande País.

Empresas & Negócios

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO TRANSPORTADOR

Ensa seguros acena para transitários

TRANSPORTES. Novo produto da seguradora, que promete proteger o transportador em caso de desastre de qualquer natureza, foi apresentado no Lobito onde há uma intensa actividade transitária.

Por Valdimiro Dias

A cidade do Lobito, em Benguela, foi o palco de lançamento do novo pacote de seguros da Ensa, de responsabilidade civil do transportador, serviço que os transitários poderão contratar para assumir as responsabilidades civis ou das mercadorias transportadas, para a protecção de eventuais sinistros que possam acontecer a terceiros.

“O transporte de mercadorias através das vias rodoviárias expõe, diariamente, transportadores e mercadorias, a um conjunto de riscos reais. De forma a tornar o espaço rodoviário mais seguro e com o objectivo de responder às preocupações dos vários operadores deste sector de actividade, a ENSA criou o produto de responsabilidade civil do transportador”, elucidou Osvaldo Júlio, da Ensa,

durante a apresentação do produto.

Este pacote, segundo o responsável, cobre os riscos a que as mercadorias estão sujeitas durante o seu transporte, por via terrestre, e pode cobrir, entre outros sinistros, despesas com a limpeza e remediação de impacto ambiental, custos judiciais do foro cível e honorários de advogados.

A contratação do serviço permite igualmente cobrir custos decorrentes da responsabilidade extracontratual por danos corporais ou materiais causados a terceiros, bem como a terceiros causado pela mercadoria no acto de carga, transporte, transbordo e de descarga.

O seguro de responsabilidade civil do transportador, da Ensa, assume dois tipos de apólices: avulso e flutuante. A primeira é destinada aos tomadores que efectuam movimentações de mercadorias de forma esporádica, enquanto a segunda é reservada a tomadores que efectuam, de forma regular, movimentações de mercadorias.

Para aderir ao serviço, o tomador



Manuel Gonçalves,
PCA da Ensa.

1,5

milhões de toneladas é o valor de mercadorias movimentadas em 2016, pelo Porto de Lobito, em Benguela.

fornece um capital anual, reajustado no final de cada ano, sendo que existem três tipos de coberturas, nomeadamente a de danos às mercadorias, perigosas e a transportada.

A cobertura de responsabilidade civil do transportador “garante o pagamento de indemnização resultante da perda, destruição ou avaria sofrida pelas mercadorias transportadas, caso ocorra um acidente rodoviário durante o transporte, nomeadamente

colisões, capotamento, abalroamento ou tombamento do veículo”.

Para o administrador da Ensa, Mário Lemos, contrariamente ao seguro de responsabilidade civil automóvel e de mercadorias, contratado pelo proprietário da mercadoria, o novo produto vem proteger o transportador, em caso de algum desastre de qualquer natureza.

A escolha de Benguela para o lançamento deste produto deve-se, segundo Mário Lemos, a importância que o corredor do Lobito representa para a economia nacional e, em particular, para a região da África Austral.

Em 2016, o Porto do Lobito registou um volume de mercadoria movimentada de 1,5 milhões de toneladas, mais de 300 navios atracados que embarcaram mais de 12 mil contentores e desembarcaram mais de 15 mil.

As receitas da Ensa, empresa pública líder do sector dos seguros, cresceram 17,6% para os 320 milhões de dólares (quatro mil milhões de kwanzas), em 2015, alcançando 82% dos objectivos da firma, revelou o seu presidente do conselho de administração (PCA), Manuel Gonçalves.

Os resultados da seguradora indicam, no entanto, que mais de metade da facturação (50,06%) cobriu as despesas com as indemnizações pagas às vítimas de sinistro, relacionados com a saúde, automóveis e acidentes de trabalho, que reclamaram, no conjunto, 144 milhões de dólares.

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

Pauta aduaneira pode ‘atrapalhar’ produção de fábrica de trigo

A recém-reinaugurada fábrica de farinha de trigo, Cerangola, deverá ter como maior ‘obstáculo’ a pauta aduaneira, que segundo os analistas económicos, ‘protege’ a importação de farinha de trigo com uma

taxa de apenas 2%, sendo que, para a entrada de matéria-prima deste produto se paga-se 30%.

A unidade fabril de Benguela, cuja obra de reparação custou 250 mil dólares, tem capacidade para produzir, numa primeira fase, 10 toneladas de farinha de trigo e 30 de farelo, mas, de acordo com os especialistas, a intenção só terá sustentabilidade se for revista a pauta

aduaneira, com o objectivo dincenivar a produção nacional de farinha de trigo, baixando a taxa de importação de matérias-primas.

Este reconhecimento foi feito, por ocasião da reabertura da fábrica, pelo presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, e pelo presidente do conselho de administração da Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTI),

Norberto Garcia. Com a reabertura da Cerangola, que esteve parada mais de dez anos, prevê-se criar, pelo menos, 400 posto de trabalhos.

Entretanto, ainda este ano, poderá ser inaugurada mais uma unidade produtora de farinha de trigo. Trata-se do projecto, de iniciativa privada, Grandes Moagens de Angola (GMA), que está a ser implementado, em Luanda, num

dos terminais do Porto Comercial de Luanda. A empreitada está orçada em mais de 100 milhões de dólares e terá uma capacidade diária de produção de 930 toneladas de farinha de trigo e 260 toneladas de farelo. O projecto GMA prevê criar 170 postos de trabalho, calculando-se uma facturação anual a rondar os 170 milhões de dólares/ano.

António Miguel



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



(In)formalizando

'PERSONAL TRAINERS' USAM RUAS, PASSEIOS E PRAIAS

Profissão com cada vez



DESPORTO. Cresce o número de jovens que afluem aos grupos de rua à procura de um corpo perfeito. Manter a coxa perfeita, barriga lisa ou o traseiro grande, saúde ou mesmo por 'banga' é que muitos jovens procuram nos 'personal trainers, quer sejam em academias ou nas ruas e praias.

Por Amélia Santos

Todos os dias vêm-se nas pedontes, rotundas das principais vias, largos adjacentes e à beira-mar, grupos de jovens em fileiras organizadas de cima a baixo, direita esquerda à de manhã ou de noite e a fazer flexões. Estes grupos são normalmente orientados por um preparador físico, hoje, denominados 'personal trainers'. Será porque em grupos organizados e nas ruas fica mais barato? Será que os 'personal trainers' pagam algum imposto pelo espaço? Até porque praticam uma actividade que gera alguma receita.

A verdade é que, usando uma ponte, passeio, largo ou rotunda o preparador físico não paga nada, porque, segundo eles, são espaços públicos e nem sequer são incomodados por fiscais, apesar de usarem os locais para fins comerciais.

Os preços, modalidade de pagamento e qualidade de preparador

físico variam de zona para zona. Há também os que prestam serviços domiciliários, em que o tipo de serviços é mais caro, confessa Jack Tchindje, 'personal trainer' que cobra, por sessão particular, três mil kwanzas. Além disso, ainda tem o 'seu' espaço, no triângulo dos congolenses, onde orienta cerca de 10 pessoas, número não muito regular, mas que pagam pela inscrição seis mil kwanzas e a mensalidade de três mil.

O técnico acredita que esta profissão já "está a ser mais respeitada e valorizada". Há mais pessoas interessadas em manter a boa forma. O número de clientes, tanto masculinos como femininos, é equilibrado. Se, por um lado, os homens vão para ganhar peso e musculatura e derrubar a famosa 'barriga de tanque', as senhoras vão à procura de aumentar as coxas, emagrecer e ter um 'bumbum' mais saliente.

Jack Tchindje acredita que a aparência do preparador é um cartão-de-visita para os clientes, porque, de certo modo, é um modelo a seguir.

Como em qualquer negócio, o de 'personal trainers também tem momentos baixos e altos. As épocas



em que os clientes mais procuram pelo profissional é a aproximação do calor, sendo que as praias e piscinas são as grandes incentivadoras.

André Gabriel, de 44 anos, aluno particular, procurou um 'personal trainer' para manter a saúde, apesar de já ter sido praticante de desporto desde a infância, mas sente a necessidade de ter um acompanhamento de um profissional para evitar lesões. Aconselha a quem deseja praticar algum desporto ou perder quilos, que tenha, acima de tudo, disciplina. "Só com disciplina se consegue alcançar os objectivos preconizados", reforça, desaconselhando "as dietas falsas que só acontecem de segunda a sexta".

Há ainda quem, por diversão, opte por não cobrar pelas sessões. É o caso do jovem Fernan-

A aparência do preparador é um cartão-de-visita para os clientes, porque, de certo modo, é um modelo a seguir.

mais músculo



Jack Tchindje, 'personal trainer' e seus clientes, na Ilha do Cabo

MEMORIZE

● **O preparador físico** é um profissional da área desportiva, formado em áreas da saúde como a Educação Física. O mesmo deverá buscar especializações relacionadas à anatomia, fisiologia, fisiologia do exercício, nutrição desportiva, cinesiologia, biomecânica e também sobre a modalidade a ser desenvolvida. É necessário que o profissional seja, acima de tudo, confiável e responsável, pois o rendimento do atleta dependerá principalmente das orientações passadas pelo profissional, para que o mesmo se desenvolva da melhor maneira possível, despertando ao máximo o seu potencial.

des Manuel, de 23 anos, que usa a rotunda do Mercado dos Kwanzas, em Luanda, já há dois anos para ensinar o pouco que sabe aos companheiros. Rodeado por mais de 20 jovens, Fernandes Manuel procura fazer só exercícios para manter e aumentar a coxa, prática condenada por Jack Tchindje, que tem formação em Educação Física, pois considera que um preparador físico não pode deixar o cliente trabalhar um só exercício, pois "poderá causar" desproporção ao corpo. "É necessário fazer uma entrevista ao cliente e mostrar as vantagens de exercitar o corpo todo", remata.

Na mesma rotunda há um grupo que cobra 500 kwanzas por semana para ajudar a perder peso. São mais 30 jovens, todos do bairro dos Kwanzas, que alinham, uns por que se

sentem acima do peso, outros para manter e ainda há quem esteja por diversão.

Nesta rotunda, há materiais para exercício montados pelas administrações, em os jovens aproveitam o cair da noite para queimar o tempo e exercitar.

Nas pentes da via principal 'Deolinda Rodrigues' ou Estrada de Catete, a 'febre' começa a partir das 17 horas. Desde a ponte da Boavista até Viana, o sobe-e-desce das escadas tem uma razão: aumentar coxas e 'bumbum'. Maioritariamente meninas, dos 14 aos 24 anos, acorrem a esses locais para atingir os seus objectivos. Mil kwanzas por semana é o que cobra um 'personal trainer' para transmitir determinados exercícios para alcançar os desejos preconcebidos.

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

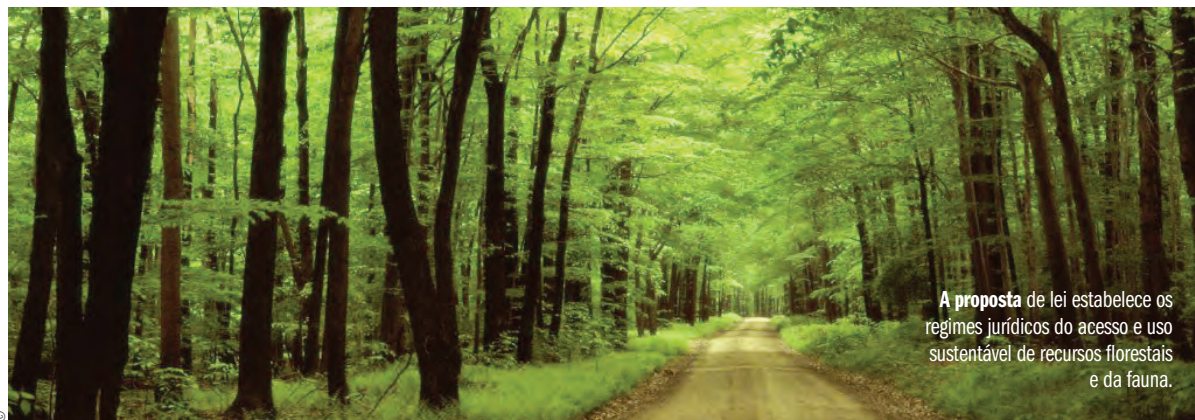
(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



DE JURE



A proposta de lei estabelece os regimes jurídicos do acesso e uso sustentável de recursos florestais e da fauna.

MAIOR CONTROLO SOBRE OS RECURSOS FLORESTAIS

Nova Lei sobre florestas e fauna selvagem em vigor desde Janeiro

PROMULGAÇÃO. Diploma vigora desde 24 de Janeiro e visa, de entre outros propósitos, garantir a conservação e o uso sustentável das zonas florestais e da fauna selvagem terrestre nacional.

Por Redacção

A Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem, bem como as bases gerais do exercício de actividades com elas relacionadas, foi finalmente promulgada, no passado dia 24 de Janeiro, pela Assembleia Nacional, depois de

ter sido aprovada, naquela mesma 'Casa das Leis', em Dezembro último.

A proposta de lei estabelece os regimes jurídicos do acesso e uso sustentável de recursos florestais e da fauna e substituiu a legislação que data de 1955 e 1957, antes da independência de Angola.

A nova legislação determina ainda os princípios e regras gerais de protecção e gestão dos recursos florestais e da fauna terrestre e seus ecossistemas, assegurando que sejam utilizados e explorados de forma sustentável, integrada e responsável.

A lei visa também assegurar a contribuição das florestas e da fauna selvagem, bem como das actividades a elas relativas, para a segurança alimentar, a satisfação de necessidades básicas, a criação de empregos e a progressiva melhoria da qualidade de vida das populações.

Por fim, a legislação estabelece os princípios e critérios gerais de acesso aos recursos florestais e faunísticos e da sua gestão sustentável, ordenamento e desenvolvimento, tendo em consideração os aspectos ecológicos, tecnológicos, económicos e sociais.

Angola aprova lista de trabalhos proibidos a menores

A lista de trabalhos proibidos e condicionados às mulheres e a menores foi, recentemente, aprovada durante a primeira sessão ordinária do Conselho de Ministros, realizada no passado dia 25 de Janeiro, em Luanda.

Apesar de não ter sido ainda oficialmente divulgada a lista completa, a Lei Geral do Trabalho (LGT) estabelece no seu 284.º artigo, referente aos trabalhos proibidos ou condicionados a menores, que "é proibido afectar os menores a trabalhos que, pela sua natureza e riscos potenciais, ou pelas condições em que são prestados, sejam prejudiciais ao seu desen-

volvimento físico, mental e moral.

Nessa perspectiva, o mesmo artigo, no seu segundo ponto, proíbe o trabalho de menores em teatros, cinemas, boites, cabarés, 'dancings' e estabelecimentos análogos, bem como o exercício das actividades de vendedor ou propagandistas de produtos farmacêuticos.

Em relação às mulheres, a LGT proíbe, no artigo 269.º, "a ocupação em trabalhos insalubres e perigosos, bem como todos aqueles que sejam considerados como riscos efectivos ou potenciais para a função genética".

Mais adiante, no segundo ponto do mesmo artigo, a Lei estabelece que é, designadamente, proibido às mulheres o trabalho realizado em subterrâneos e minas.

A lei proíbe o trabalho de menores em teatros, cinemas, boites, cabarés e 'dancings'.



100.000

CHEGAMOS A TODAS AS PROVÍNCIAS.

Nova *Gazeta*

100 MIL. SEM CUSTO.

www.novagazeta.co.ao

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Gestão

DO MANDARIM AO FRANCÊS: COMO SE FAZ AS COMUNICAÇÕES EM TODO O MUNDO

As sete línguas que dominam os negócios

LINGUAGEM. Parece ser um dado adquirido que o inglês é a língua mais falada no mundo e é a porta de comunicação para a diplomacia, mas também para os negócios. Actualmente, um empreendedor tem, quase como obrigação, falar inglês se quiser ter sucesso. No exterior e, muitas vezes, no interior. Mas hoje os conselheiros económicos recomendam ter conhecimentos de mandarim. Essa sim é a língua com mais falantes e mostra o poder da China. Mas há outras línguas que também interessam aos negócios. São as sete mais faladas.

Por Emídio Fernando

1

TÈ MÀICH NG - MANDARIM

Desde já, fica a recomendação: a língua mais falada é também a das mais difíceis de aprender. Cada palavra pode ser pronunciada de quatro maneiras diferentes, o que pode levar a vários equívocos, uns com piada, outros embaraçosos. O melhor, nos negócios, é saber o básico para se ser simpático. O mandarim é o dialecto mais falado na China, o que basta para deixar todas as línguas para trás. Além disso, é a China e os chineses que estão a ganhar a 'batalha' dos negócios internacionais. Mais de um bilião de pessoas usa o mandarim todos os dias.



BONS NEGÓCIOS - PORTUGUÊS 5

Era inevitável que surgisse a língua portuguesa na lista das mais faladas. Muito por conta do Brasil que 'oferece' a maioria dos quase 275 milhões de falantes. E também está no Brasil a maior oferta de oportunidades de negócio. É a maior potência da América Latina. Por isso, o português faz parte do currículo escolar dos vizinhos Argentina e Uruguai. Mas também da Guiné-Equatorial e nalgumas províncias de Espanha. É falada em quatro continentes e ganhou mais peso nos últimos anos ao integrar o conjunto de línguas oficiais em instituições europeias e das Nações Unidas.



GOOD BUSINESS - INGLÊS 2

A língua de eleição para diplomatas, empresários, negociantes, académicos e... turistas. Muito por força dos EUA, o inglês ganhou força no final do século XIX e início do século XX, ultrapassando o 'clássico' francês nas comunicações internacionais. É a língua que mais países usam como oficial nos cinco continentes. Mais de 510 milhões de pessoas têm-na como língua materna, mas é, de longe, a mais usada em instituições internacionais, políticas e empresariais. É também a mais ensinada em todo o mundo.



BUENOS NEGOCIOS - ESPANHOL 3

Quem quer ultrapassar fronteiras tem de contar com a força do espanhol. Ou castelhano para quem não gosta do peso colonial que a palavra carrega. É a língua de quase toda a América Latina e até a segunda mais usada nalguns Estados dos EUA, como a Califórnia. Curiosamente, na Europa, só é falado em Espanha, em África, na Guiné-Equatorial e numa parte de Marrocos e ainda nas Filipinas. Tem 392 milhões de falantes, que vivem, a maior parte deles, na América do Sul e Central. Ah... dois dos homens mais ricos do mundo têm o espanhol como língua materna: o mexicano Carlos Slim e o espanhol Amâncio Ortega.



SAFAQT - ÁRABE 4

É a língua, por excelência, do petróleo. Mas é muito mais do que isso. É a língua do Corão, uma das mais antigas do mundo que se mantém quase inalterada, imune às influências estrangeiras. É falada em todo o Médio Oriente, no Norte de África e, claro, na Península Arábica e parte da Ásia. Motivos mais do que suficientes para seduzir empresários. Há mais de 20 anos, chegou a ser a sexta língua mais falada nos EUA, mas isso eram outros tempos.



BONNES AFFAIRES - FRANCÊS 7

Foi a língua 'clássica' de eleição, obrigatória na alta sociedade, até ao final da segunda guerra mundial. Foi perdendo terreno e os quase 130 milhões de falantes atiram-na para a décima língua mais falada no mundo. Mas no mundo empresarial e político continua a ter outra importância. É língua oficial em muitos países africanos, na América e em três da Europa. A história ainda tem peso e o francês é incontornável para quem queira ser bem sucedido nos negócios.



MODNOY - RUSSO 6



É a oitava língua mais falada no mundo, mas com o fim da União Soviética e com a liberdade económica ganhou um peso diferente. Os seus 155 milhões de falantes já não estão isolados. Há investidores russos um pouco por todo o mundo e a própria Rússia e mais as antigas repúblicas que constituíam o espaço soviético são mercados abertos. Ao todo, são 12 Estados que falam russo o que já obrigou a União Europeia a incluir a língua entre as seis línguas oficiais. Curiosamente, só é mesmo oficial na Rússia. E é aqui que estão os oligarcas que vão dominando os negócios na Europa do Leste e em grande parte da Ásia.

Uma ordem económica instável?



Mohamed A. El-Erian

Os obstáculos políticos à formulação de políticas económicas abrangentes em muitas economias avançadas prejudicaram a implementação de reformas estruturais e políticas fiscais responsáveis nos últimos anos, impedindo o investimento empresarial, prejudicando o aumento da produtividade, agravando a desigualdade e ameaçando o futuro.

A retirada das economias avançadas na chamada economia global - e, no caso do Reino Unido, dos acordos comerciais regionais - tem recebido muita atenção, num momento em que as estruturas da economia global estão sob tensão. E isso pode ter consequências a longo prazo.

Seja por escolha ou por necessidade, a grande maioria das economias faz parte de um sistema multilateral que dá aos homólogos do mundo avançado - especialmente dos EUA e da Europa - enormes privilégios.

Entre eles, destacam-se três. Primeiro, porque ao emitirem as principais moedas de reserva, as economias avançadas conseguem trocar pedaços de papel que imprimem por bens e serviços produzidos por outros. Em segundo lugar, para a maioria dos investidores globais, as obrigações destas economias são uma componente quase automática de dotações, pelo que os défices orçamentais dos seus governos são financiados, em parte, pela poupança de outros países.

A vantagem final das economias avançadas é o poder de voto e a representação. Possuem poder de veto e formas de bloqueio nas instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), o que lhes dá uma influência desproporcional nas regras e práticas que governam o sistema económico e monetário internacional. E, dado o seu domínio histórico sobre estas organizações, os seus nacionais têm, de facto, garantidas posições de topo.

Esses privilégios não vêm de graça - pelo menos não deveriam. Em troca, as economias avançadas devem cumprir determinadas responsabilidades que ajudam a garantir o funcionamento e a estabilidade do sistema. Mas os recentes desenvolvimentos têm lançado dúvidas sobre se essas economias avançadas são capazes de manter essas responsabilidades.

Talvez o exemplo mais óbvio seja a crise financeira global de 2008. A excessiva assumpção de riscos e a regulação negligente das economias avançadas interromperam o comércio global, colocaram milhões para o desemprego e quase atiraram o mundo para uma depressão plurianual.

Mas houve outros lapsos. Por exemplo, os obstáculos políticos à formulação de políticas económicas abrangentes em muitas economias avançadas prejudicaram a implementação de reformas estruturais e políticas fiscais responsáveis nos últimos anos, impedindo o investimento empresarial, prejudicando o aumento da produtividade, agravando a desigualdade e ameaçando o futuro crescimento potencial.

Esses lapsos económicos contribuíram para a emergência de movimentos políticos 'anti-establishment' que procuram mudar - ou já estão a mudar - as relações comerciais transfronteiras estabelecidas há muito tempo, incluindo as da União Europeia e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

Entretanto, uma dependência excessiva da política monetária, incluindo a participação directa dos bancos centrais no mercado, distorceu os preços dos activos e contribuiu para uma má atribuição dos recursos. E as economias avançadas - particularmente a Europa - mostraram pouco apetite para reformar elementos desactualizados de governação e de representação nas instituições financeiras internacio-

nais, apesar das grandes mudanças na economia global.

O resultado de tudo isto é um sistema multilateral que é menos eficaz, menos colaboradora, menos confiável e mais vulnerável a ajustes 'ad hoc'. Neste contexto, não deve ser surpreendente que a globalização e a regionalização já não justifiquem a dimensão do apoio que tiveram. Alguns movimentos políticos ascendentes, de ambos os lados do Atlântico, condenam esses conceitos e ganham mais apoio para as suas causas.

Ainda não está claro se este é um fenómeno temporário e reversível ou o início de um desafio prolongado ao funcionamento da economia global. O que está claro é que afecta relações mais importantes.

A primeira é entre pequenas e grandes economias. Durante muito tempo, economias pequenas, bem geridas e abertas, foram as principais beneficiárias do sistema de Bretton Woods e, mais geralmente, do multilateralismo. O tamanho delas não só atraiu mercados externos, mas também fez com que outros actores do mercado estivessem mais dispostos a integrá-las em pactos regionais, devido ao seu limitado potencial. A adesão a instituições internacionais eficazes levou esses países a discussões sobre políticas globais, enquanto as próprias capacidades lhes permitiram explorar oportunidades nas cadeias de produção e no consumo transfronteiriço.

Mas, numa época de crescente nacionalismo, essas economias peque-

nas e abertas, por mais bem administradas que sejam, provavelmente vão sofrer. As suas relações comerciais são menos estáveis; os pactos comerciais são vulneráveis; e sua participação em discussões políticas globais está menos assegurada.

A segunda relação é entre as instituições de Bretton Woods e os arranjos institucionais paralelos. Embora tenham um significado pessimista para o Banco Mundial, por exemplo, as instituições lideradas pela China provaram serem atraentes para cada vez mais um número crescente de países.

A maioria dos aliados dos EUA juntou-se às infra-estruturas de investimento asiático, apesar da oposição norte-americana. Da mesma forma, os acordos bilaterais de pagamento - que, há pouco tempo, a maioria dos países se opunha através do FMI, devido à sua inconsistência com o multilateralismo - estão a proliferar. A preocupação é que essas abordagens alternativas poderiam prejudicar, e não reforçar, um sistema previsível e benéfico de interações transfronteiriças, baseado em regras.

As organizações de Bretton Woods, instituídas após a II Guerra Mundial para manter a estabilidade, correm o risco de perder influência. Os países com o poder de as reforçar parecem não querer, nesta fase, prosseguir corajosamente com reformas necessárias. Se essas tendências continuarem, os países em desenvolvimento provavelmente vão sofrer mais; Mas não estão sozinhos. A curto prazo, a economia mundial poderá enfrentar um crescimento económico mais lento e o risco de ter uma maior instabilidade financeira. A longo prazo, deverá enfrentar a ameaça de uma fragmentação sistémica e de proliferação das guerras comerciais.

Conselheiro económico-chefe da Allianz, ex-presidente do Conselho de Desenvolvimento Global de Barack Obama, nomeado um dos 100 melhores pensadores globais da Política Externa.



Internacional



Alguns governos africanos dizem que o TPI tem um preconceito pós-colonial.

REGRESSO DE MARROCOS CAUSA POLÊMICA

Cimeira da UA rejeita TPI

UNIÃO AFRICANA. A eleição do ministro do Chade, a reintegração de Marrocos, com a polémica sobre o Saara Ocidental, a a rejeição do Tribunal Penal Internacional marcaram a 28.ª Cimeira da UA. As questões económicas estiveram à margem do encontro que juntou 54 países.

Na 28.ª cimeira da UA, que decorreu a semana passada, em Adis Abeba, Etiópia, Marrocos tornou-se o 55.º membro da UA, que tinha abandonado em 1984, na altura ainda Organização de Unidade Africana (OUA), em desacordo com o controverso processo do Saara Ocidental.

Dos 54 membros da UA, 39 aprovaram o regresso de Marrocos, “mesmo que a questão do Saara Ocidental ainda permaneça”, revelou chefe de Estado senegalês, Macky Salle, em declarações aos jornalistas.

Os delegados que participaram no debate descreveram a discussão como “tensa e emocional e com posições muito vincadas”, nomeadamente por parte da Argélia e da África do Sul, que rejeitaram a readmissão de Marrocos. Os dois países apoiam há muito a campanha pela autodeterminação do Saara.

Em Julho de 2016, Marrocos manifestou vontade de reintegrar a

UA, organização que tinha abandonado em protesto contra a admissão da República Árabe Saharaui Democrática (RASD) proclamada pela Frente Polisário.

No entanto, no mesmo mês, o rei de Marrocos, Mohamed VI, afirmava, num discurso transmitido pela televisão por ocasião do 17.º aniversário do seu reinado, que a decisão do país de reintegrar a UA não significava que Rabat iria renunciar aos seus direitos sobre o território do Saara Ocidental.

Marrocos, que considera esta ex-colónia espanhola, anexada em 1975, como parte do seu território, propõe uma ampla autonomia para aquele território, mas sob a sua soberania. A Frente Polisário reclama um referendo de autodeterminação.

Uma eventual resolução sobre a questão do Saara Ocidental foi, entretanto, adiada, na esperança de que o regresso de Marrocos ao seio da organização também signifique um eventual avanço neste ‘dossier’.

FORA DO TPI

A cimeira ainda apelou ao abandono colectivo do do Tribunal Penal

39

membros da União Africana aprovaram o regresso de Marrocos à organização.

Internacional (TPI), uma posição apoiadas por Angola. Em substituição a UA pretende criar o Tribunal de Justiça dos Povos Africanos. O ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, afirmou, no final da cimeira, estar convencido de que o futuro tribunal vai permitir resolver diferendos do continente.

Angola, que não integra o TPI, esteve presente na cimeira da União Africana, que lançou o apelo, não vinculativo, aos Estados-membros, para a saída daquele tribunal, frequentemente acusado de perseguir cidadãos africanos. “Não corresponde aos interesses dos países, particularmente

para os africanos, que têm sido no geral vítimas deste tribunal. Temos exemplos de casos de pessoas que estão detidas, mesmo quando não se conseguiu formalizar alguma culpa. É por isso que se acha que esse tribunal não é um tribunal devido para os africanos”, disse Chikoti.

Em Outubro do ano passado, a África do Sul, Gâmbia e Burundi anunciaram o abandono do TPI, enquanto a Namíbia e o Quênia também levantaram essa possibilidade.

Alguns governos africanos dizem que o TPI tem um preconceito pós-colonial contra os líderes da região.

O TPI foi constituído em 2002 para julgar as piores atrocidades, cometidas por dirigentes políticos e que não podem ser tratadas pelos tribunais nacionais, mas tem enfrentado a falta de cooperação dos governos.

Os EUA assinaram o tratado de fundação do tribunal, mas nunca o ratificaram, assim como Angola.

Na cimeira, o ministro tchadiano dos Negócios Estrangeiros, Moussa Faki Mahamat, foi eleito presidente da Comissão da União Africana, mas apenas sete escrutínios.

PARA MIGRANTES

Itália cria fundo

O governo italiano criou um ‘Fundo África’ para lutar contra a migração clandestina e o tráfico de seres humanos. O fundo terá uma base inicial de 230 milhões de dólares, mas poderá subir admitiu uma fonte governamental à agência de notícias italiana (AKAI).

“Ao assinarmos este decreto, vamos lançar medidas estratégicas e necessárias para reforçarmos as fronteiras externas contra ondas de migrantes clandestinos”, declarou o chefe da diplomacia italiana.

A seu ver, estas medidas “constituem um passo importante e um compromisso decisivo do Governo italiano para garantir a estabilidade e a segurança na Itália e na Europa”.

Itália enfrenta todos os dias vagas de migrantes e refugiados, principalmente que chegam do Norte de África, vindos pelo mar Mediterrâneo. De acordo com dados oficiais, já morreram, nessas travessias, mais de duas mil pessoas, só no último ano e meio.



O BRASIL figura numa lista de 92 países considerados paraísos fiscais elaborada pela União Europeia. Trata-se de um levantamento intermédio, com a lista final a ser divulgada este ano.



O PROGRAMA Alimentar Mundial, através da Espanha, doou mais de 532 mil dólares ao Mali, no quadro da luta contra a desnutrição, garantindo o tratamento das crianças e das mulheres grávidas.



Dezenas de cubanos trabalham em Moçambique, na saúde e na educação.

MOÇAMBIQUE

Empresários optimistas

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), principal organização patronal do país, prevê que o desempenho económico seja melhor em 2017 do que no ano passado, perspectivando a restauração da confiança dos investidores.

“Para 2017, antevemos um ano melhor e de mais produção, prevendo o Governo um crescimento económico de 5,5%, superando desta forma os 3,9% de 2016, e uma inflação média anual de 14%, contra 27% registada em 2016”, declarou o vice-presidente da CTA, Agostinho Vuma, durante a ‘Conferência sobre Projectos de Infraestruturas de Gás’.

Segundo Vuma, as expectativas para 2017, aliadas ao anúncio da cessação do conflito militar, constituem motivos de recuperação da confiança do empresário nacional e estrangeiro, para continuar a intensificar os investimentos no país.

O presidente moçambicano, Filipe Nyusi, tem afirmado que a economia está a recuperar da queda que registou no ano passado e dos choques externos, também manifestando optimismo em relação ao desempenho de 2017.

A retoma da economia moçam-

bicana, prosseguiu o chefe de Estado moçambicano, “traduz-se na recuperação da moeda nacional, o metical, face ao dólar, das reservas internacionais líquidas e da inflação”.

APOIO DE CUBA

O vice-presidente de Cuba, Salvador Valdés Mesa, prometeu alargar a cooperação com Moçambique para a esfera económica, enfatizando os vínculos históricos entre os dois países.

Mesa expressou a vontade de Cuba estreitar a cooperação com Moçambique, após se reunir com o chefe de Estado moçambicano, Filipe Nyusi. “Passámos em revista o estágio das relações bilaterais, que são históricas e perspectivamos a possibilidade de alargar a cooperação para a esfera económica”, declarou o governante cubano.

Salvador Valdés Mesa adiantou intensificar as relações nos domínios tradicionais de cooperação bilateral, nomeadamente educação e saúde, entre elas o envio de mais médicos cubanos para Moçambique e de formar mais médicos moçambicanos.

Dezenas de cooperantes cubanos trabalham em Moçambique, nomeadamente na saúde e educação, no âmbito da cooperação entre os dois países, enquanto centenas de moçambicanos foram formados em Cuba.

PETRÓLEO NO BRASIL

Recorde de produção

A produção de petróleo e gás natural no Brasil bateu, em Dezembro, o recorde do ano, chegando aos 3,4 milhões de barris por dia, segundo dados do regulador do mercado.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a produção de petróleo nos campos brasileiros, operados maioritariamente pela Petrobrás, chegou aos 2,73 milhões de barris por dia.

Estes dados mostram um aumento de 4,7% face ao mês anterior, e de 7,8% sobre o período homólogo de 2015.

Já a produção de gás natural foi de 111,8 milhões de metros cúbicos por dia, acima dos 111,1 milhões produzidos em Novembro de 2016, o segundo melhor mês do ano passado.

A 11 de Janeiro, a Petrobrás tinha informado ter ultrapassado o recorde de produção no ano passado, o que já deixava antever que, no geral, a produção petrolífera e de gás no Brasil teria bons resultados em 2016



O instrumento já aprovou 25 projectos nas áreas dos transportes, energia e agroindústria.

700 MILHÕES DE DÓLARES

BAD aprova investimentos

O Banco Africano de Desenvolvimento anunciou ter aprovado a participação de risco em dois investimentos no sector privado na área dos transportes, de quase 70 milhões de dólares, em

Moçambique, no Gana e no Malawi.

Lançado em 2015, este instrumento de crédito incide principalmente nos países mais pobres e já aprovou uma exposição em 25 projectos nas áreas dos transportes, energia, agroindústria e sector financeiro nestes países no valor de 420 milhões de dólares, que representa 62% do total deste programa.



SECTOR FINANCEIRO

Trump alivia regulação

Donald Trump assinou uma “ordem executiva” que promete aliviar a indústria de serviços financeiros de boa parte da regulação que foi instalada após a crise financeira de 2008. Segundo fonte da Casa Branca, citada pela Bloomberg, a ordem do presidente dos EUA será no sentido de fazer uma “reavaliação profunda” do pacote regulatório conhecido como Dodd-Frank — o conjunto de regras que, ainda que sejam um constrangimento para a atividade dos bancos de investimento, foram criadas para tentar evitar que se voltem a formar os ingredientes para um novo colapso semelhante ao que se seguiu à “bolha” do subprime.

A legislação Dodd Frank é um longo e complexo conjunto de regras que apertaram o cerco à actividade dos bancos de investimento e das gestoras de activos, com o objectivo de tentar evitar uma nova crise financeira. A legislação foi assinada por Barack Obama em meados de 2010, e recebeu o nome de dois congressistas que lideraram os trabalhos (Barney Frank e Chris Dodd).

Ambiente



Angola e Congo avançam com uma iniciativa de protecção conjunta da floresta do Maiombe.

PROJECTOS AMBIENTAIS EM ANGOLA

Portugal dá uma ajuda

FINANCIAMENTO. Lisboa e Luanda assinam um acordo de cooperação virado para a protecção ambiental. Portugal dá o dinheiro e aguarda por projectos ligados à formação, gestão de resíduos e valorização do território

Por Agência Lusa

Portugal vai financiar projectos que envolvem adaptação às alterações climáticas ou gestão de resíduos em Angola que serão definidos em conjunto entre os governos dos dois países, fruto de um acordo de cooperação assinado em Luanda.

A informação foi transmitida pelo ministro do Ambiente de Portugal, João Matos Fernandes, que esteve de visita a Angola, a convite da ministra Fátima Jardim, no âmbito das comemorações do Dia Nacional do Ambiente, que se assinalou a 31 de Janeiro.

Com este acordo, explicou Matos Fernandes, Angola vai ter acesso ao Fundo para o Ambiente, de 10 milhões de euros, que Portu-

gal reservou para apoiar os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) nos próximos quatro anos. “Uma parcela com alguma expressão desse valor será naturalmente para Angola, com a certeza também de que esses projectos terão de ser avaliados”, acrescentou o governante português.

O acordo, entre os ministérios do Ambiente dos dois países, é semelhante aos já “fechados” com os governos de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. No caso de Angola, envolve, além de projectos de formação e apoio à capacitação em termos ambientais, também outros na área da adaptação às alterações climáticas, gestão e reaproveitamento de resíduos sólidos ou valorização do território. “Com Angola estamos agora a concluir esse mesmo programa, no sentido de identificar projectos concretos que queremos trabalhar em conjunto, revelou o ministro português.

O compromisso do governo por-

10

Milhões de euros: verba que Portugal tem destinada para apoiar projectos ambientais nos PALOP

MEMORIZE

● **A importância da cooperação com Portugal foi defendida pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, que reconheceu que a caça furtiva e as alterações climáticas são alguns dos principais problemas ambientais que Angola atravessa.**

tuguês prevê o alinhamento final de todos os projectos a financiar em Angola no prazo de dois meses.

A importância desta cooperação com Portugal foi defendida pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, que reconheceu também que a caça furtiva e as alterações climáticas, nomeadamente a seca prolongada que se vive no sul, são alguns dos principais problemas ambientais que Angola atravessa.

Além de Portugal, as comemorações do Dia Nacional do Ambiente trouxeram a Angola os ministros que tutelam a área do Ambiente em Marrocos e na República do Congo, respectivamente, Hakima El Haité e Rosalie Matondo.

Neste último caso, Angola e Congo pretendem avançar com uma iniciativa de protecção conjunta da floresta do Maiombe, que envolve o enclave de Cabinda e o território congolês, uma das mais importantes em África, pela sua biodiversidade.

CLIMA

EUA vão mudar políticas

Os EUA vão mudar as políticas sobre alterações climáticas e tirar o país de um acordo global para corte de emissões, o Acordo de Paris, sobre alterações climáticas, alcançado em Dezembro, segundo Myron Ebell, que chefiou a equipa de transição do presidente Donald Trump, por parte da Agência de Protecção Ambiental (EPA), até à posse.

De acordo com o consultor, Trump “pode fazer isso com um decreto presidencial ou como parte de um pacote maior”, durante uma conferência em Londres. “Não tenho ideia exacta do momento em que tal será feito”, acrescentou.

O governo norte-americano pediu à EPA para paralisar temporariamente os contratos, concessões e acordos entre agências que estejam pendentes de revisão.

Relativamente ao Acordo de Paris, que entrou em vigor a 4 de Janeiro, foi aprovado por mais de 190 países e ratificado por mais de 100, EUA incluídos, Donald Trump disse, diversas vezes que não concordava com o mesmo e que pretendia abandonar o compromisso.

Um dos principais compromissos que os países assumiram em Paris visa limitar a subida da temperatura “bem abaixo dos dois graus Celsius” relativos à era pré-industrial.



Educação & Tecnologia

CENTROS CIENTÍFICOS EM ANGOLA

Investigação com apoio luso

O ministro português da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, garantiu, na semana passada, em Luanda, que o seu país pretende ajudar Angola a criar e a alargar centros de investigação científica.

No fim do encontro que manteve com a ministra da Ciência e Tecnologia, Maria Cândida Teixeira, o governante português referiu estar a discutir os termos para a ajuda.

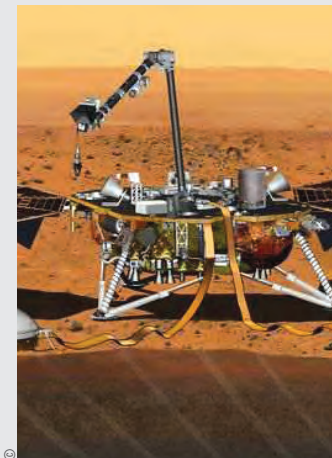
Manuel Heitor revelou que os dois países estão a reforçar e a incentivar a cooperação e garantiu que, num prazo de três a quatro meses, vai conseguir implementar “as novas acções de cooperação”, já que não

estarão só disponíveis em financiar áreas de investigação, como também em trabalhar para atrair novos financiamentos.

A visita do dirigente português a Angola serviu para reforçar a cooperação científica entre os dois países e reforçar os laços. Manuel Heitor defendeu a possibilidade de haver mais cooperação, “a fim de se identificar pontos, aspectos e temas claros para

a colaboração científica, certamente reforçando aquilo que é o investimento público e privado em ciência”.

O ministro garantiu, por outro lado, a criação de plataformas conjuntas e de um centro internacional de investigação para o Atlântico, virado para a agricultura, agro-indústria, saúde e áreas em que há interesse para o reforço da cooperação entre Portugal e Angola.



CONFIRMAÇÃO

1.º satélite este ano

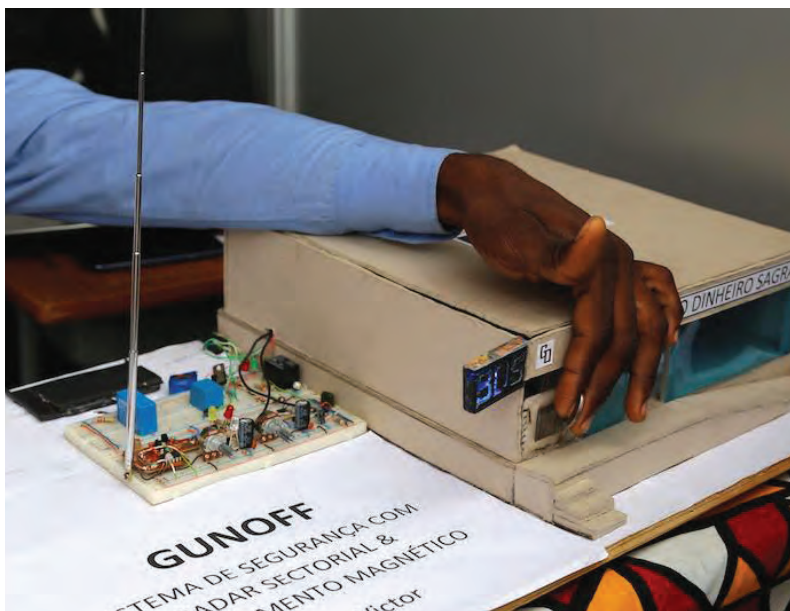
O primeiro satélite angolano ‘Angosat1’ deve entrar em órbita no terceiro trimestre deste ano, confirmou o ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, durante a visita da comissão interministerial ao Centro de Controlo e Emissão do Satélite, no Sequele, em Luanda.

O governante assegurou ainda que o projecto está pronto assim como o centro e estão em formação os especialistas para recepção dos sinais do Angosat1 que vai em órbita no princípio do terceiro trimestre deste ano, já que há ainda alguns pormenores por acertar para o acabamento.

O ministro explicou que com o Angosat1 em órbita, as operadoras, ao invés de adquirirem capacidades em satélites que dominam a região, vão passar a fazê-lo no Angosat1 e com pagamento em moeda nacional, “na medida em que vai iluminar da África do Sul até parte da Europa”.

O tempo de vida útil de um satélite é de 15 anos, mas quando este limite estiver para chegar, segundo o ministro, o Governo tem em perspectiva a derivação de mais e por assim em diante.

A comissão interministerial discutiu a proposta de um decreto que vai ditar normas de protecção do centro.



Manuel Heitor ministro português da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

PROJECTO DA SAMSUNG

Um jogo para menos dores de pacientes

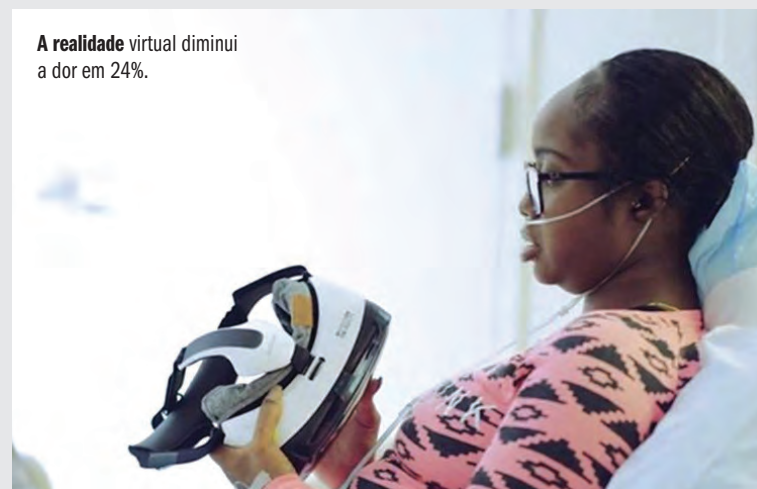
A Samsung está a desenvolver um jogo para diminuir a dor de pacientes hospitalizados. A empresa encontrou mais um caminho tecnológico para ajudar doentes de hospitais a distraírem-se e a esquecerem as dores ou incómodos que alguns procedimentos podem causar.

Para concretizar o plano, a empresa sul-coreana fez uma parceria com a ‘startup’ AppliedVR para criar uma plataforma que apresente jogos interactivos e

paisagens relaxantes para desviar o foco da atenção do paciente. Caso funcione, os hospitais não

precisariam ministrar medicamentos para controlo da dor em diversos casos.

Actualmente, a Samsung trabalha em conjunto com alguns hospitais para garantir que esse recurso funcione bem tanto para adultos quanto para crianças. Os envolvidos no projecto estão a tentar recrutar até 120 adultos hospitalizados para realizar a experiência. Descobertas clínicas feitas pela Cedars-Sinai [um hospital localizado em Los Angeles, nos EUA] e pela AppliedVR mostraram que a realidade virtual consegue diminuir a dor em 24%, em muitos casos deixando de lado o uso de narcóticos, além de uma redução de 60% em ‘stress’ e ansiedade, confia, segundo a Samsung.



A realidade virtual diminui a dor em 24%.

Marcas & Estilos

Transportando sonhos

Com a agitação diária e escapadelas de fim-de-semana, a pasta da Acheson é fabricada para acomodar e acompanhá-lo em cada viagem, transportando os seus objectos, sonhos e muito mais. Adequada para qualquer ocasião, esta peça é um precursor entre todos os outros da sua classe. O Acheson atende às necessidades de qualquer estilo de vida.

Cafés emblemáticos

O design da Linea Mini baseia-se na máquina de café espresso mais emblemática já construída, o Linea Classic. Amada por milhares, o Linea Classic ajudou a lançar o movimento do café especializado em 1990.

Padrões simpáticos

As tiras azuis desta belíssima peça da Feathery são deslocadas por uma faixa preta que fazem deste laço, um colector de olhar. O padrão é feito de penas de pássaro. Este é um laço para quando quer sentir-se mais simpático.

Acabamentos únicos

A prata esterlina de alto acabamento deste colar único produzido na Polónia vem demonstrar, mais uma vez, a qualidade dos produtos da Pente Pendant ao longo dos tempos.

Obras oportunas

Que coisa incrível é esta? É a pasta de couro original da Hermes que oferece a oportunidade perfeita para os colecionadores e compradores experientes para possuir uma incrível obra de arte.

Carregador portátil

Omnicharge é mais do que o banco de poder da próxima geração - é uma experiência de poder intransigente para o seu estilo de vida móvel. Com seus sistemas de energia inteligentes, este carregador compacto permite carregar uma ampla gama de laptops, câmeras, tablets, drones ou praticamente qualquer outro dispositivo inteligente. É um companheiro perfeito para profissionais, fotógrafos, entusiastas ao ar livre e viajantes. Nunca mais deixe o poder entrar no caminho de sua paixão.

RESTAURANTE

Hambúrgueres com arte

Das poucas novidades gastronómicas que Luanda oferece, comer um hambúrguer parece ser uma das mais originais. Não dessas que se comem nas ruas. Mas sim uns que se destacam pela originalidade. A 'ArtBurger' afirma-se pela criatividade. Primeiro, nos hambúrgueres de carne e de frango, mas também nos vegetarianos. Nos nomes dados aos menus. Por exemplo, nos sete tipos de hamburguers: avareza, gula, preguiça, vaidade, inveja, luxúria e ira. São sete pecados capitais onde se pode encontrar abacaxi, chili de manga, coco, kitaba, gengibre... Há ainda o toque criativo de ter mais uma ementa escrita a giz e a sugestão na parede: "não temos wi-fi, falem uns com os outros".



AUTOMÓVEL

Novo Rio em Março

O modelo é um dos favoritos em Angola e faz suspirar muita gente: + o novo Rio, que a Kia vai lançar em Março. Os anteriores têm batidos recordes já que foram dos mais vendidos em todo o mundo. Desta vez, perante 450 jornalistas de 27 países, a marca escolheu Portugal para apresentar um modelo que foi revisto. O marca sul-coreana propõe, com este

novo Rio, mais segurança, mais robustez, ligeiramente mais largo. Tem uns detalhes que só podem ser usados nas estradas europeias, mas, por cá, conta um sistema de travagem automática, mais 'airbags', carroçaria com cinco portas e parte traseira mais levantada. Na Europa, vai ser comercializado a cerca de 16 mil euros, por cá... é só esperar.



AGENDA

LUANDA

DE 31 DE JANEIRO A 27 DE FEVEREIRO

'Expo Cultura e Artes' na União Nacional de Artistas Plásticos com obras de Marcela Costa, 'Van', 'Etona', Fineza Teta, Álvaro Macieira, Engrácia Ferreira, Guilherme Mampuya.

DE 6 A 10 DE FEVEREIRO

O Arquivo Nacional de Angola organiza uma exposição documental e um ciclo de palestras para comemorar o centenário da morte de Mandume Ya Ndemufayo.

DE 1 A 8 DE FEVEREIRO

Cine Br - Projectão de filmes brasileiros, no Centro Cultural Brasil-Angola. Às 19 horas. Entradas grátis.

11 DE FEVEREIRO

Venda e sessão de autógrafos do livro 'Descobrimo o propósito da vida além do seu emprego', de Rogério Victoriano, na Shoprite do Kuito, Bié. Às 8 horas. Preço: 2 mil kwanzas.

14 DE FEVEREIRO

Belo actua num jantar de gala, no Shogun, Ilha de Luanda. Bilhetes de 40 e 60 mil kwanzas. Às 20 horas.

“A grande acção emblemática é deixar ficar um espaço melhor. Mas sinto orgulho de ter criado, em parceria com a ‘Fundação Agostinho Neto’, a ‘Cátedra Agostinho Neto’ na Universidade de Roma, em Itália.”

CARMO NETO, SECRETÁRIO-GERAL DA UNIÃO DOS ESCRITORES ANGOLANOS (UEA)

“Não somos substitutos dos ministérios da Cultura e da Educação”

LITERATURA. O secretário-geral da União dos Escritores Angolanos (UEA) rejeita que a instituição seja inoperante e apela a que não se olhe para a associação como substituta de ministérios. Carmo Neto lamenta o fraco apoio dos média na promoção da literatura e queixa-se dos ‘apertos’ da crise.

Por Onélio Santiago

Ao filiar-se à recém-criada Academia de Letras de Angola não coloca em causa os objectivos da UEA?

Não. No domínio literário, a Academia concorre para a excelência e para o aprofundamento de matérias que a UEA trata na generalidade. Nas línguas nacionais, por exemplo, a Academia pode intervir mais profundamente, agregando estudiosos que avaliem a possibilidade de incluir as línguas nacionais no sistema educativo.

Há quem entenda que a Academia surgiu por causa da inoperância da UEA...

Enquanto associação, temos feito o que nos compete. Editar 200 títulos, em cinco anos, não é tarefa fácil num país com dificuldades. Também não é fácil editar diversas antologias em diversas línguas, além de criarmos a ‘Cátedra Agostinho Neto’ numa universidade italiana para se estudar literatura angolana. Já lá estiveram a dar aulas os professores Manuel Muanza e António Quino. Uma associação inoperante não conseguiria dar dimensão nacional ao prémio ‘Quem me dera ser onda’ em cooperação com o Ministério da Educação. Organizámos o encontro dos escritores africanos e levámos o programa ‘Maka à quarta-feira’ fora do nosso espaço, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Durante as eleições, prometeu construir uma nova sede. O mandato está quase a meio, mas não há nada sobre a estrutura...

Não posso anunciar nada enquanto estamos em negociação e num momento em que, sendo realista, os parceiros estão hesitantes até para projectos de menor valor financeiro.

Mas assegurou ter tudo planeado...

Há possibilidade de executar o projecto, mesmo em crise. Não há falta de vontade dos parceiros. Quando tivermos o projecto amadurecido, já com um plano de acção para a execução, hei-de me pronunciar. Mas repito: continua de pé. Um edifício, hoje em dia, é erguido num ano ou seis meses. Se não fosse pela crise, já estaríamos a meio.

Quando fez a promessa, em Abril de 2016, já estávamos em crise...

A crise não estava assim tão acentuada. Não se vislumbrava que, neste ano, começássemos murchos. Por exemplo, a Sonangol suspendeu temporariamente o patrocínio do prémio ‘Sonangol de Literatura’. E isso tem incidência directa ou indirecta em todos os operadores económicos.

Como vê o preço do livro em Angola?

O livro continua proporcional ao custo da produção. O papel é caro porque o importador precisa de retirar lucros do investimento. Se fôssemos produtores de papel como outrora, havendo subvenção do Estado, o livro ficaria barato ao consumidor.



Uma associação inoperante não conseguiria dar dimensão nacional ao prémio ‘Quem me dera ser onda’ em cooperação com o Ministério da Educação.

PERFIL

Natural de Malanje, Carmo Neto nasceu em Outubro de 1962. Advogado e jornalista, é membro da Ordem dos Advogados de Angola e da União dos Jornalistas Angolanos. Actual secretário-geral da União dos Escritores Angolanos, já foi director da Revista Militar das Forças Armadas Angolanas e membro-fundador do Jornal Desportivo Militar. Entre as suas obras, destacam-se ‘A Forja’ (1985), ‘Joana Maluca’ (2004) e ‘De gravata’ (2007).

Que políticas se devem adoptar?

Basta tornar exequível a Lei da Promoção do Livro e da Leitura. É preciso alertar as pessoas que já existe lei sobre essa matéria. Nesta lei, aspectos ligados às editoras, distribuidoras e locais de venda estão todos previstos e muito bem elaborados.

O que a UEA tem feito por isso?

Somos apenas entidade complementar do Estado, através do Ministério da Cultura. Às vezes, pela natureza histórica, confundem-se a utilidade da UEA com a de um ministério porque grande parte dos membros-fundadores fazia parte do Governo. O papel da União hoje é o de uma associação de natureza cultural.

A qualidade da literatura angolana está a decair?

Escreve-se muito bem e com excelência, mas lê-se pouco. No vosso jornal, por exemplo, não há ninguém que faz análise de livros. Quantos jornais angolanos promovem livros, nem que for para dizer que foram ou serão lançados os livros ‘X’, citando o autor com um ou dois parágrafos? Qual é o órgão de comunicação social que se dedica, não só à leitura do livro, mas também à discussão da obra com o autor? Isso é que podia complementar o trabalho da UEA. Não nos confundam com substitutos dos ministérios da Cultura e da Educação.

Nestes três mandatos, de que feitos se orgulha?

A grande acção emblemática é deixar ficar um espaço melhor. Mas sinto orgulho de ter criado, em parceria com a ‘Fundação Agostinho Neto’, a ‘Cátedra Agostinho Neto’ na Universidade de Roma, em Itália, além ter tornado o prémio ‘Quem me dera ser Onda’ numa iniciativa nacional. Realço igualmente a tradução de antologias angolanas em inglês, francês, hebraico, espanhol, italiano, árabe, etc.

NÚMEROS DA SEMANA

356

É o número de estabelecimentos comerciais que foram inspeccionados pela direcção provincial do Comércio Hotelaria e Turismo, na Huíla, em 2016.

3,7

Mil milhões de kwanzas é o montante da dívida contraída pelos clientes da ENDE, na Huíla, informou o director da empresa, Francisco Fernando.

9

Milhões de dólares é o valor do investimento que a Lucapa Diamond Company, empresa australiana que lidera o consórcio que explora a mina do Lulo, fez no Lesoto ao adquirir a mina diamantífera de Mothae.

2,2

Milhões é a quantidade de toneladas de produtos da cesta básica que Angola prevê importar esse ano, segundo dados do Entrepósito Aduaneiro.

ORÇAMENTO DO PARLAMENTO DEIXA MANUTENÇÃO DE FORA Fundos emagrecem 35%

As verbas para as despesas correntes dos grupos parlamentares não estão previstas no orçamento de funcionamento da Assembleia Nacional (AN) de 2017, aprovado na semana passada. Segundo o presidente do conselho de administração da AN, Francisco Ramos da Cruz, para este ano, também não estão previstos fundos para serviços técnicos do edifício

que alberga o Parlamento.

No âmbito da optimização de recursos financeiros por causa da crise, o orçamento da ‘casa das leis’ não prevê também recursos para as despesas de capital. O Governo fez um corte na ordem dos 35% no orçamento da Assembleia Nacional de 2017, passando ao valor real de 29,2 mil milhões de kwanzas.



Entretanto, o secretário-geral da Assembleia Nacional, Pedro Neri, explicou que o pagamento das subvenções aos cinco partidos e coligações de partidos políticos com assento parlamentar (MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA) “estão garantidas”, tendo em conta uma “reclassificação de despesas” que permitirá repor a verba em falta, após o corte no orçamento para 2017.

Na proposta inicial apresentada pelo Parlamento, aprovada pelos deputados em Setembro de 2016, estava prevista uma verba de 44,8 mil milhões de kwanzas para funcionamento da Assembleia Nacional.

O Parlamento conta, desde 10 de Novembro de 2015, com um novo edifício-sede que representou um investimento público superior a 185 milhões de dólares.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA ANUNCIA

Lei cambial pode ser alterada

O Governo prevê a revisão da legislação cambial e do sistema bancário para regular a moeda externa. O anúncio foi feito pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na semana passada, quando discursava, durante a reunião extraordinária do comité central do MPLA, prometendo também atacar a inflação.

“Depois de alguma reflexão, concluímos que precisamos de executar um programa integrado para orientar todas as instituições que intervêm no processo das exportações. Assim, precisamos de adequar a legislação cambial, adequar o sistema bancário, pois não há legislação suficiente sobre a movimentação de dinheiro em moeda externa, por parte das empresas e dos particulares em geral”,

afirmou José Eduardo dos Santos, que também é presidente do MPLA.

Angola enfrenta, desde 2014, uma crise financeira, económica e cambial, decorrente da quebra nas receitas com a exportação de petró-



leo, e tem vindo a limitar o acesso a divisas, cujas reservas do Banco Nacional de Angola (BNA) estão em mínimos. De acordo com dados preliminares do BNA, as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) angolanas caíram no final de 2016 para 21.399 milhões de dólares.

Entre as propostas que levou ao partido, José Eduardo dos Santos acrescentou ser necessário “criar e tornar funcional a área do comércio externo do Ministério Comércio”, dotando-a de “quadros capazes”, assim como “dar mais atenção à regulamentação das actividades sectoriais do Governo que cuidam dos processos de exportação”, numa lógica de quebrar a dependência do petróleo (95% das exportações).



EM ABRIL

Economistas ‘em Ordem’

Economistas e gestores licenciados, interessados em fazer parte da Ordem dos Economistas de Angola, podem fazer as suas inscrições em Luanda e nas regiões Sul, Norte e Leste.

A futura Ordem tem como objectivos essenciais “defender a ética, a deontologia e a qualificação profissional da classe, fomentar e defender os interesses da profissão e fornecer pareceres sobre todos os assuntos de natureza económica. Em conferência de imprensa, a comissão instaladora avançou a agenda até à tomada de posse dos corpos directivos que se perspectiva ser em Abril e as datas da aprovação dos estatutos e regulamentos disciplinar e eleitoral.

A Ordem vai também emitir a cédula profissional e promover a qualificação profissional dos economistas.

Segundo o coordenador-adjunto e porta-voz da comissão instaladora, Lopes Paulo, a constituição da Ordem dos Economistas não extingue a já existente associação dos economistas de Angola, que conta com 420 membros.

O VALOR ESTA SEMANA

MULTICAIXAS

2.911 aparelhos até 2016

O índice de penetração dos multicaixas em Angola ficou contabilizado, até Dezembro de 2016, em apenas 2.911 aparelhos, distribuídos nas 18 províncias, com Luanda a responder pela maioria dos aparelhos. Entretanto, Cabinda é a província que mais dispensou dinheiro, atingindo 2,4 milhões de kwanzas em Dezembro. **Págs. 14 e 15**



SEGURO

Ensa nos transitários

A Ensa Seguros de Angola lançou, na semana passada, um novo produto. Trata-se do seguro de responsabilidade civil do transportador, serviço que os transitários poderão contratar para a protecção de eventuais sinistros que possam ocorrer a terceiros, durante a transportação de mercadorias. **Pág. 18**

OBRAS PÚBLICAS

Novos contratos

Presidente da República aprovou o contrato de aquisição de serviços para a coordenação técnica das obras de melhoria da via de acesso ao novo aeroporto internacional de Luanda, no âmbito da execução de projectos da linha de crédito COSEC. Contrato está avaliado em 1,7 mil milhões de kwanzas. **Pág. 13**